

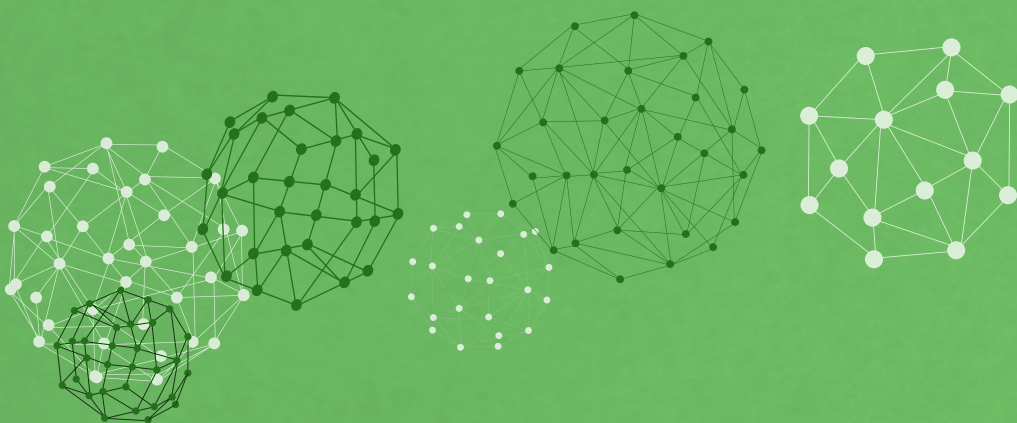
DT

SÉRIE
DOCUMENTOS
DE TRABALHO

10

Valorização da cooperação Sul-Sul:

Estudos de Caso: Brasil, Chile e México



Secretaría General
Iberoamericana
Secretaria-Geral
Ibero-Americana



PROGRAMA IBERO-AMERICANO
PARA O FORTALECIMENTO DA
**COOPERAÇÃO
SUL-SUL**

DT/10

Valorização da Cooperação Sul-Sul

Estudos de Caso: Brasil, Chile e México

SÉRIE DOCUMENTOS DE TRABALHO



Secretaría General
Iberoamericana
Secretaria-Geral
Ibero-Americana



PROGRAMA IBERO-AMERICANO
PARA O FORTALECIMENTO DA
**COOPERAÇÃO
SUL-SUL**

2016

Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul
San Salvador

A Serie Documentos de Trabalho da PIFCSS, tem como objetivo contribuir para a base de conhecimento na América Latina e incentivar o debate nas diversas áreas se estudam na cooperação Sul-Sul e triangular.

Consultor e encarregado da investigação

Jorge Enrique Prieto Cardozo.

Direção

Jaime A. Garrón Bozo, Gerente da Unidade Técnica, PIFCSS

Colaboração

Amílcar Mejía Ramírez, Técnico em Cooperação Internacional, PIFCSS

Desenho e Diagramação

Contracorriente Editores

ISBN: 978-99961-957-5-4

IMPORTANTE: As opiniões expressas neste documento são do autor e não representam necessariamente a posição do PIFCSS, ou seus países membros, ou instituições a que se faz referência.

© 2016 Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul.

Tabela de Conteúdo

PREFÁCIO/4

CASO BRASIL:

VALORIZAÇÃO DA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO/7

Introdução/7

1. Contexto político, estratégico e regulatório /9
2. Metodologia de valorização do COBRADI/11
3. Aplicações da informação/17
4. Considerações finais/18

CASO CHILE:

A VALORIZAÇÃO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA/23

Introdução/23

1. Contexto político, estratégico e regulatório/25
2. Metodologia de valorização do AGCID/27
3. Aplicações da informação/34
4. Considerações finais/34

CASO MÉXICO:

QUANTIFICAÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO /43

Introdução/43

1. Contexto político, estratégico e regulatório/46
2. Metodologia de valorização do AMEXID/47
3. Aplicações da informação/53
4. Considerações finais/54

BILBIOGRAFÍA/60

ANEXOS/61

Prefácio

Desde sua implantação, em 2010, o Ibero- Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) foi condenado a fortalecer os órgãos de cooperação internacional na Ibero-América, desenvolvendo várias ações com os responsáveis pela cooperação e dos equipes de suas unidades técnicas.

De acordo com sua Estratégia de Médio Prazo, os resultados esperados para o PIFCSS para o período 2015-2018 são: i) o reforço das capacidades institucionais dos órgãos responsáveis e atores chaves na gestão da Cooperação Sul-Sul e Triangular dos países Iberoamericanos; ii) melhorar a qualidade, oportunidade e disponibilidade da informação qualitativa e quantitativa sobre a Cooperação Sul-Sul e Triangular na Ibero-América; iii) promover e fortalecer a gestão do conhecimento como um meio essencial de Cooperação Sul-Sul e Triangular; e ; iv) posicionar e tornar visível a Cooperação Sul-Sul e Triangular Ibero-americana no quadro global de cooperação para o desenvolvimento e o trabalho assim como o “O que fazer” do próprio programa.

Sob o apoio prestado pelo programa para os seus países membros, nomeadamente em matéria de “melhorar a qualidade, pontualidade e disponibilidade da informação qualitativa e quantitativa sobre a Cooperação Sul-Sul e Triangular em Ibero-América “, a valorização da cooperação Sul Sul tem sido um tema de crescente interesse, com vista ao fortalecimento do capacidades para lidar com este assunto.

Este documento completa e termina a série de documentos de trabalho preparados pelo PIFCSS sob investigação “Metodologias e Instrumentos de Valorização da Cooperação Sul-Sul em Ibero-América “ documento que em termos de conteúdo, apresenta em detalhe os casos do Brasil, Chile e México para valorizar a cooperação Sul-Sul.

Os estudos de caso foram selecionados considerando os membros dos países PIFCSS que já aplicam metodologias e instrumentos de valorização. agradecemos muito a colaboração prestada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a Agência de Cooperação Internacional do Chile (AGCI) e da Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AMEXCID) pelas entrevistas e colaboração no trabalho realizado durante visitas de campo a Brasília, Santiago e cidade do México, respectivamente, pelo consultor encarregado da investigação.

Confiamos que esta publicação será uma ferramenta útil para as autoridades, técnicos, acadêmicos e diversos atores vinculados à cooperação ibero-americana, a fim de melhorar a compreensão da valorização do CSS, a partir da experiência e as lições aprendidas desde a prática.

Esperamos que os estudos de caso apresentados sirvam como um incentivo para desenvolver metodologias e instrumentos próprios, a fim de fazer progressos na melhoria da qualidade, oportunidade e disponibilidade da informação qualitativa e quantitativa sobre a cooperação Sul-Sul na Ibero-América.

Jaime A. Garrón Bozo

Gerente | Unidade Técnica

Programa Ibero-Americano para o

Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul

Caso Brasil

Valorização da cooperação para o desenvolvimento

INTRODUÇÃO

Brasil é um agente muito importante na Cooperação Sul - Sul (CSS) e Cooperação Triangular (CT). De acordo com os cálculos da OCDE, em 2010 o valor da cooperação para o desenvolvimento deste país- segundo as normas do CAD- atingiu 500Milhões de dólares¹, dos quais cerca de 60% foram canalizados através de organizações multilaterais. A sua cooperação, catalogada como CSS, concentra-se em África na América Latina e no Caribe (OECD, 2015: 301-302).

De acordo com números incluídos no Relatório da Cooperação Sul - Sul na Ibero-América, em 2013, o Brasil foi o maior ofertante de projetos (166), com uma quota de 28,8% do total apresentado para esse relatório. ao mesmo tempo, é um dos países que recebe menos cooperação: 1 por cento. (SEGIB, 2015: 42-43, 46-50, 61).

A política externa brasileira com base em princípios para as relações internacionais do país, incluindo no n.º 9 do artigo 4.º da Constituição Federal de Brasil, identifica a cooperação como um meio importante para apoiar os esforços dos países na superação dos desafios enfrentados por seus processos de desenvolvimento.

Neste contexto, o Brasil considera que a cooperação internacional (CI) é um componente significativo da sua política externa e uma ferramenta importante para promover o desenvolvimento. Uma das principais formas de cumprir essas tarefas, em particular,

1/ O relatório oficial do Brasil era de 923 milhões de dólares.

em relação ao CSS, consiste em compartilhar conhecimentos e experiências de sucesso acumulados pelas instituições e funcionários públicos. Portanto, para este país, o mais importante são os “fluxos” de conhecimento e não financeiros.

Desta forma, compreende a CSS, não apenas como intercâmbio técnico (cooperação técnica), mas como todas as formas de intercâmbio que, para fins de desenvolvimento, se operam entre os países em desenvolvimento (PED).

Portanto, Brasil atribui uma alta ponderação à valorização de da CSS; além de simplesmente monetizar, definir valores ou promulgar estatísticas, é um elemento de alto conteúdo político que visa reafirmar as características próprias do CSS e as formas particulares como se desenvolve. Em tal sentido, propõe utilizar outras formas de aproximação e medição,² alternativas às usadas pela cooperação tradicional.

O início da experiência em valorização de CSS do Brasil situa-se em 2010, quando o presidente Lula Da Silva pede estimar um valor da cooperação oferecida por esse país, a ser apresentado na Assembléia Geral das Nações Unidas, em setembro do mesmo ano (Brígido, 2015). A tarefa foi confiada ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC). O trabalho não foi fácil, na medida em que não havia conhecimento da quantização, ou uma metodologia anterior. Os esforços desenvolvidos, infelizmente, não foram suficientes para cumprir com o pedido do presidente. Só mais tarde se conseguiu um valor.

Não obstante, os resultados obtidos, a aprendizagem acumulada, a necessidade de compreender os conceitos e realidades da CSS para que se possa valorar assim como o interesse em continuar com o processo que tinha apenas começado, levou o Ministério de Relações Exteriores a propor à presidência que tal exercício se continuasse desenvolvendo de forma regular. Dado que a ABC apenas se ocupa com a cooperação técnica e que seria necessário abordar as outras dimensões da cooperação com outros pontos

2/ Necessidade semelhante foi apresentada em uma reunião do Grupo dos 8 em que o Brasil participaria.

focais, o IPEA foi responsável pela coordenação da produção desses relatórios. ABC manteria um papel de articulação técnica com IPEA³.

Como resultado dessas decisões, que no seu momento foram pioneiras no mundo, até hoje, eles prepararam dois relatórios: o primeiro abrange o período de 2005 - 2009 e o segundo mostrou valores de 2010. Atualmente está em preparação o registo dos valores para os anos de 2011 a 2013 que está previsto serem publicados durante 2016.

1. CONTEXTO POLÍTICO, ESTRATÉGICO E NORMATIVO

Como observado acima, Brasil considera três elementos fundamentais que sustentam a estrutura do seu processo de valorização. Primeiro, o CSS é um componente chave da sua política externa e uma ferramenta de desenvolvimento. Em segundo lugar, o CSS tem um alto componente de apoio técnico por parte das instituições e funcionários públicos. Finalmente, o CSS é entendido, para além da cooperação técnica, como um conjunto de diferentes trocas que ocorrem entre o PED e são destinadas a promover o desenvolvimento econômico e social.

A este respeito, a Constituição Federal do Brasil e demais diretrizes de política externa, assim como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e os atuais Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) são estruturas formais em que a cooperação brasileira se inscreve para o Desenvolvimento Internacional (COBRADI)⁴. Além deles, não existem documentos estratégicos ou regras específicas que regem a cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) e / ou CSS, nem instrumentos do mesmo grau que façam surgir o mandato ou determinem como executar a valorização⁵.

Como já mencionado, Brasil concede um alto conteúdo político à sua CSS e a seus valores (quantificações) que surjam da mesma. considera, portanto, diferentes dimensões que explicam o uso de metodologias próprias de valorização da CSS. Isto é perfeitamente consistente com várias de suas posições sobre CI e CSS.

3/ É necessário esclarecer que, até agora o Brasil não tem um quadro legal que estabeleça a obrigação de valorizar o CID, que possa conferir o mandato a IPEA ou que exija que as instituições federais relatem informações para o instituto.

4/ A partir desta menção, todas as referências à cooperação do Brasil em particular as que se referem à valorização irão fazer referência ao COBRADI.

5/ Isso não significa que não há estratégias ou políticas claras; os funcionários entrevistados expressaram a consistência absoluta sobre a posição do Brasil em todas estas questões

Em primeiro lugar, para o Brasil, a CI é uma ferramenta de desenvolvimento e não uma forma de financiamento para o desenvolvimento. Trata-se de discutir o fato de que CI manifesta-se exclusivamente em mobilizações de recursos e de que os valores relacionados não refletem outras formas “intangíveis” de fazer cooperação⁶. em que prima o intercâmbio técnico (conhecimento, experiência, bom e más práticas) se sua contribuição não se manifesta em termos monetários (assim sejam modestos) a prática como um todo,⁷ tende a tornar-se invisível.

Em segundo lugar, Brasil não compartilha que a valorização do CSS deve incidir exclusivamente sobre a cooperação técnica e bolsas de estudo, tal como acordado na primeira oficina do Grupo de Tarefas para a Medição da Cooperação Sul - Sul no âmbito da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), realizado em Bogotá em abril de 2015⁸. De acordo com a ABC, com o que se desenvolve cada país, deveria incluir todas as formas de relacionamento para o desenvolvimento entre os países do sul, como a cooperação econômica, comércio exterior, cooperação financeira, cooperação técnica, ajuda humanitária, assistência aos refugiados e manutenção da paz, contribuições para organizações internacionais, etc.

Terceiro, Brasil atribui grande importância à valorização da CSS; além do simples fato de monetizar, definir valores ou promulgar estatísticas, é um elemento altamente político que visa reafirmar as características do CSS e as formas particulares que se desenvolvem. Ele também propõe o uso de outras formas de abordagem de medição e as alternativas às usadas pela cooperação tradicional.

Isto é muito importante quando se considera que na valorização do CSS, dadas as suas características particulares, existe uma zona cinzenta (espaço vazio), que não pode ser preenchida por adaptações das metodologias da OCDE ou pelo fato de que no mesmo espaço das Nações Unidas se adotem ou adaptem formas de valorização

6/ Brasil não concorda que a OCDE considere a CSS como uma forma adicional de financiamento do desenvolvimento. Deve-se notar que não só a OCDE considera CSS como financiamento do desenvolvimento, mas isso também é visto no documento final da Conferência de Financiamento para o Desenvolvimento Addis Abeba na secção transferência de conhecimentos, tecnologias.

7/ Portanto, não pode ser considerada a CI, e menos a CSS, sob a perspectiva do simples movimento de fundos.

8/ Oficina Presidencial do Grupo de Tarefas para a Medição da Cooperação Sul - Sul: primeiro debate sobre o Desenvolvimento Metodológico para Medição de cooperação Sul-Sul, Bogotá, 28-30 de Abril de 2015. Conferência Estatística das Américas - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

que se derivem das de o DAC. Certamente, haverá semelhanças com as metodologias da OCDE, mas definitivamente haverá outras formas de valorizar muito diferentes.

Portanto, o Governo do Brasil, liderado por ABC, considerando que algumas áreas acadêmicas também estão se interessando nas questões de valorização de CSS, está a avançar de modo a que estas questões não seja abordadas e definidos em espaços fora da PED , pelo que apresentou em alguns palcos internacionais uma proposta de metodologia ampla, que leva todas as formas de CSS e considera os elementos monetários e financeiros, bem como não financeiros.

De acordo com este ponto de vista do Brasil, desde a dimensão política, que visa criar um paradigma próprio dos PED para que ele possa fazer uma ponte clara entre a sua visão de cooperação e a prática da mesma. Além disso, pretende-se abrir a discussão de todas as dimensões da CSS, para definir elementos comuns do que seria importante ou necessário quantificar dos fluxos de trocas.

No caso da América Latina e do Caribe (ALC), Brasil acredita que não é possível avançar isoladamente sobre estas questões; é necessário consolidar a posição de uma região, sobretudo sim tem-se em conta que existem discussões no âmbito das Nações Unidas sobre a valorização do SSC e que os ODS⁹ incluem a CSS como uma prática de desenvolvimento que os ajudará a serem alcançados. Neste sentido, o PED devem estar preparados para relatar suas ações nesses assuntos.

2. METODOLOGIA DE VALORIZAÇÃO DA COBRADI

2.1. CONCEITUALIZAÇÃO

Em linha com a posição que tem Brasil em termos de CSS e sua valorização, a metodologia concebida IPEA para determinar o valor da COBRADI, considera a inclusão de outras formas de CSS, para além da sua manifestação técnica. esta metodologia não foi aprovada ou promovida por regra ou lei alguma do governo federal.

9/ No âmbito da Agenda de Desenvolvimento Sustentável o objectivo 17 chamada “ Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável “; considera a contribuição do CSS principalmente em aspectos relacionados à tecnologia e criação de capacidades.

A metodologia utilizada pelo IPEA procura identificar, classificar e quantificar todos os recursos humanos, físicos e financeiros que o Governo Federal do Brasil¹⁰ investe em outros países e organizações internacionais. Estes recursos são contabilizados no orçamento público sob o título de despesas correntes.

No entanto, a visão particular da CSS por parte do Brasil, a metodologia COBRADI procura preservar níveis de comparação com os conceitos e categorias que são usadas em todo o mundo. Neste sentido, no seu conceito não só foram levadas em conta as necessidades e os interesses políticos do Brasil, mas também foram colocadas em um contexto mais amplo da ordem internacional, que desta forma iria permitir ser entendida e analisada por outros agentes externos.

O processo de definição da metodologia implicava que o IPEA começasse a desenvolver um exercício que lhe permitiria ter um bom conhecimento das questões a ser abordadas em termos da sua natureza, conteúdo conceitual, alcance e manifestações, de forma a que tudo fosse possibilitasse estreitar o campo de ação, determinar os elementos a medir e como obter valorizações.

IPEA partiu do início pensando que o Brasil não tinha uma metodologia adequada para o que faziam na cooperação internacional e que as metodologias AOD não captavam as particularidades da sua cooperação. A primeira coisa que fez foi entender a natureza do COBRADI e das suas despesas ou custos associados. No entanto, não se focou nas questões económicas, uma vez que a essência da cooperação brasileira não reside no fluxo de recursos financeiros, senão que nas ações que desenvolve e que são levadas a cabo por funcionários públicos, a quem se paga um salário pelo seu trabalho regular, e a quem se paga viáticos (ou gastos em viagem) quando se movem para desenvolver atividades de cooperação.

Por isso, ficou claro que a cooperação do Brasil baseia-se na experiência das suas instituições, conhecimento acumulado e sua capacidade de transferir para outros países tais experiências e melhores práticas. A partir desta primeira definição, a análise do IPEA concentrou-se em dar valor à cooperação como uma forma de dimensionar o que fazia o Brasil neste campo. Além disso, o IPEA devia ocupar-se com a captura de informações e das análises de cooperação que excedem o mandato do ABC, que se ocupa da cooperação técnica e que financia uma parte das atividades do CSS com os recursos que tem no seu orçamento para essa finalidade.

10/ A metodologia foca-se no “setor central” do Brasil e, assim sendo, não considera, desde a perspectiva pública, os níveis do estado e municipais.

Adicionalmente, identificou que houveram ações que não encaixavam na definição literal do projeto, como aquelas relacionadas aos refugiados, ciência e operações de tecnologia ou de paz e que, portanto, era necessário abordar cada “tema” ou linha de cooperação, em conformidade com a sua própria natureza, de uma forma diferente¹¹.

Para avançar na captura de informação, a primeira coisa que deveriam ter feito era um amplo processo de sensibilização e de motivação para as instituições brasileiras proporcionarem dados oficiais da sua execução orçamental. Uma primeira justificação para envolver as instituições consistiu em que era necessário definir claramente a política de cooperação internacional para o desenvolvimento do Brasil.

Uma segunda motivação estava do lado da transparência. O relatório da IPEA é o único documento que fornece informação sobre os gastos associados com a cooperação que o Brasil desenvolve. Além disso, é informação que valida IPEA com cada um dos executores para refletir adequadamente a realidade do que eles fazem, concentrando-se no que realmente acontece; quais atividades, com quem, quantas pessoas, quais os produtos, etc. A partir da informação fornecida por ABC ou de outras instituições, IPEA estabelece contato com os executores para entender o que eles fazem no âmbito das iniciativas de cooperação.

Em terceiro lugar, as ações acima foram complementados por processos de formação, consulta e contato permanente. Foi criada uma conta de e-mail para atender às exigências das instituições envolvidas.

No primeiro exercício de valorização, que abrangia os anos de 2005 a 2009¹², o ênfase estava na recolha de informação apenas para atingir exclusivamente a quantificação de COBRADI. No segundo mapeamento, que relatou os números referentes a 2010¹³, começa-se a qualificar as práticas, mas as ferramentas estatísticas não são suficientes para tais fins. Para o exercício de 2011 - 2013, que está em preparação, está a progredir

11/ No relatório “Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2005-2009”, IPEA, são incluídas como formas de realização da CID: assistência humanitária, bolsas de estudo para estrangeiros, cooperação técnica, científica e tecnológica, contribuições para organizações internacionais e bancos regionais e operações de manutenção da paz. No mesmo relatório, para 2010, são incluídas a cooperação técnica; cooperação educacional; cooperação científica e tecnológica; cooperação humanitária; apoio e proteção dos refugiados; Operações de Paz e contribuições para organizações internacionais.

12/ O relatório correspondente pode ser recuperado a partir de <http://www.abc.gov.br/api/publicacaoarquivo/561>

13/ O relatório pode ser recuperado a partir de http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21530&catid=342

no aprofundamento da análise qualitativa. Portanto, estão começando a usar ferramentas mais poderosas que facilitam a análise textual e de conteúdo e obtenham as palavras chave para medir o “impacto” e os resultados nos países beneficiários.

2.2. METODOLOGIA

A metodologia, que é descrita no relatório de 2005-2009, considerou 6 tipos de cooperação para o cálculo do valor total da COBRADI. No relatório de 2010, o número foi aumentado para 7; Eles são: a cooperação técnica, cooperação em educação, cooperação científica e tecnológica, cooperação humanitária, proteção, apoio e integração dos refugiados, a manutenção da paz, e operações e contribuições para organizações internacionais. (IPEA, 2011)

No processo de valorização, a metodologia considera¹⁴, essencialmente, quatro tipos de custos: horas técnicas (para valorizar o apoio técnico de funcionários federais); viáticos e bilhetes aéreos (como gastos diretos de cada atividade de cooperação); doações (dinheiro e / ou em espécie) e os custos administrativos (associadas com o suporte de atividades de cooperação).

A metodologia é complementada por um sistema de informação para o registro dos dados básicos. As diversas instituições federais registram via internet, na plataforma da IPEA projetada para tais fins, a execução dos recursos alocados em seus orçamentos para processos CID.

IPEA tem um processo contínuo de revisão e compreensão dos custos de cada instituição, a fim de clarificar a execução. Após a IPEA produzir a informação ajustada, é validados por cada instituição, de modo a que se garanta que é confiável.

Com os avanços no processo de valorização, IPEA consolidou a sua posição de não acumular valores extraordinários, mas a concentrar-se na produção de informações confiáveis, de qualidade e transparentes. Esta tem sido uma das principais contribuições da COBRADI; produzir informação com um quadro técnico, em um ambiente de confiança com as instituições e como um processo de aprendizagem mútua e do progresso gradual.

14/ No guia básico encontrado no relatório de 2005, 2009, são incluídas as seguintes linhas de custo: horas técnicas, transporte e viáticos, materiais e equipamentos, logística (recursos físicos), custos administrativos relacionados, doações em espécie e cooperação financeira.

A metodologia COBRADI considera os seguintes componentes de despesa:

Horas técnicas¹⁵. Para o cálculo das horas (ou dias) técnicas, presume-se que os funcionários do governo brasileiro viajam para outros países e isso implica que são gerados uns custos que se relacionam com o salário da pessoa; ou seja, é gerado um custo de oportunidade que deve ser reconhecido, estimado e cobrado aos outros conceitos de despesas da cooperação.

No contexto acima, o cálculo é baseado no salário da (s) pessoa (s) envolvida (s) atividade, em proporção ao número de dias que lhe foram atribuídos. Para Brasil, medir a contribuição técnica através do custo de oportunidade de salários, embora produza valores modestos, é a forma mais transparente e viável para fazê-lo. O conhecimento envolvido é considerado um bem público e o fato de compartilhar o mesmo um ato político de doação do mesmo.

Transporte e viáticos, doações e custos administrativos. As instituições federais incluem o valor efetivamente pago por bilhetes aéreos. Os viáticos pagos correspondem aos parâmetros utilizados pelo governo federal, de acordo com o nível de salário do funcionário.

As Doações, sejam em dinheiro ou em espécie, são cobradas de acordo com o valor executado. Os gastos de apoio administrativo são aqueles para impressão, publicação, transporte, etc.

Contribuições para organizações internacionais. Pagamentos feitos pelo governo central estão incluídos, bem como as efetuadas por outras instituições federais, organizações multilaterais e fundos multilaterais de desenvolvimento.

A captura de informações para a valorização da COBRADI é feita regularmente na plataforma do IPEA, em que é fornecida em formato eletrônico. No entanto, quando as instituições devem registrar informações para diferentes anos (registro plurianual)¹⁶, o sistema apresenta limitações¹⁷ e as informações devem ser tratadas pelo IPEA fora dele, ajustá-lo externamente, e, em seguida, incluí-la, uma vez que foi refinado.

15/ Para este e outros conceitos, a metodologia de 2010 determina que podem ser cobrados como despesa COBRADI.

16/ Como é o caso do exercício em fase de finalização para os anos de 2011 a 2013.

17/ Não atribui as informações carregadas na mesma data ou ano, aos diferentes anos correspondentes à execução efetiva.

Além disso, dado que o relatório de 2011 - 2013, vai avançar na revisão qualitativa da informação, o IPEA tem algumas restrições para análise de conteúdo. portanto, estão em estudo diferentes possibilidades para reforçar o seu sistema de informação, como o Microsoft Excel e SPSS.

Uma vez que o relatório seja publicado, a base de dados do IPEA, que estará disponível na Internet, irá permitir o livre acesso à informação, incluindo micro dados, que até agora, só podiam ser acessados pelas instituições.

Não obstante, é necessário observar que, como mencionado acima, que uma parte da cooperação que o Brasil realiza está centralizada na ABC. A agência tem o Sistema de Acompanhamento de Projetos (ABC NET - SAP), usado desde os anos 90, e Sistema Financeiro de Gerenciamento de Projectos (SGPFin). A SAP tem limitações na geração de relatórios pelo que para necessidades específicas costumam usar informações em documentos do Word ou fazer cálculos no Excel.

A carga de informações básicas sobre o projeto e seu orçamento correspondente é feita no SAP, enquanto os relatórios financeiros são recebidos pelo SGPFin. No entanto, estes sistemas não têm nenhuma conexão com a plataforma do IPEA. Adicionalmente, os

QUADRO 1.

Exemplo na aplicação da metodologia de valorização na Cooperação Sul-Sul do Brasil

| | | | | |
|---------------------------------|----------------|----------------------------|-----------|----------|
| <i>Salario mensual experto:</i> | USD 2.000 | <i>Viáticos (diários):</i> | USD 200 | |
| <i>Salario diário esperto:</i> | USD 67 | <i>Vôos:</i> | USD 1.200 | |
| <i>Numero de dias:</i> | 5 | <i>Matérias:</i> | USD 100 | |
| | Horas técnicas | Total viáticos | Vôos | Matérias |
| Valor total | = (67 X 5) | + (200 X 5) | + (1.200) | + (100) |
| Valor total | = 335 | + 1.000 | + 1.200 | + 100 |
| Valor total | = USD 2.635 | | | |

relatórios de algumas áreas do ABC para o COBRADI, como os relacionados com o relatório CCS da SEGIB, são efetuados com base nos compromissos e orçamentos acordados e não sobre os valores efetivamente realizados. Finalmente, algumas áreas, embora ABC conte com o Manual de Gestão para a Cooperação Sul-Sul, só registam a despesa fixa (bilhetes e viáticos) e não incluem horas técnicas. (ABC, 2013)

Por exemplo, o quadro 1 apresenta um exercício de valorização, para uma atividade de cooperação técnica por uma pessoa, de acordo com a metodologia do Brasil.

Como resultado da aplicação da metodologia, Brasil tem relatado até ao momento informações da CID fornecida durante os anos de 2005 a 2010. No Gráfico 1, vemos como o valor da COBRADI, entre os anos indicados, teve um aumento substantivo, atingindo, em 2010, um valor de mais de novecentos milhões de dólares dos Estados Unidos.

3. APLICAÇÕES DA INFORMAÇÃO

A informação COBRADI tem sido utilizado pelo Brasil para relatar as suas atividades no quadro dos ODM. Especificamente, ele tem vinculado a sua cooperação com o objectivo

GRÁFICO 1.

Cooperação Sul-Sul dada pelo Brasil 2005 - 2011
(Milhões de dólares)



Fonte: Elaboração própria com base na informação proporcionada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

8 “Formar uma aliança global para o desenvolvimento”. Brasil apresentou 5 relatórios sobre a cumprimento dos ODM. No último, de Maio de 2014, é feita uma ampla apresentação das atividades, sectores e recursos envolvidos (Presidência da República, 2014). Uma vez que entrem em vigor os ODS, e seja necessário fazer os relatórios correspondentes, será feito sob a metodologia atual ou a que, se for bem recebida, está atualmente em estudo por alguns PED.

Além disso, Brasil utiliza a informação de valorização para que seja incluída nos cálculos das contribuições ou a contrapartida que assume nos acordos de triangulação assinados com os doadores tradicionais. A este respeito, para além das contribuições feitas em termos financeiros, inclui a estimativa das contribuições técnicas dos seus peritos.

Além disso, dado que a valorização é baseada na informação de execução, ele pode ser usado para suportar relatórios de natureza orçamental. No entanto, como os exercícios de valorização, até agora, não têm periodicidade anual, o seu potencial para o monitoramento do orçamento ou a prestação de contas é reduzido significativamente.

Finalmente, pode-se afirmar que o Brasil concentra o seu processo de valorização unicamente na cooperação que concede e não lhe dá outros fins alternativos. Por exemplo, não solicita qualquer relatório de valorização em contrapartida, bem como informações sobre a cooperação que recebe e não faz relatórios de caráter bilateral aos seus sócios. Essa informação é complementada por aquela encontrada nos orçamentos dos documentos do projeto que assina.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- A concepção da metodologia de valorização e a sua posterior aplicação e atualização se destacam por ter estado a cargo de, um grupo altamente técnico, dada a sua especialização em investigação, análise e planeamento de políticas públicas, dando de esta forma um alto grau de coerência e força.
- Deve considerar-se como um caso especial, a alta projeção e promoção política que Brasil dá a CID, a CSS e ao processo de valorização vinculado, como elementos característicos da cooperação e dos processos de desenvolvimento dos PED.
- Brasil tem um grande interesse na promoção e fortalecimento a nível global da utilização de metodologias que captem as particularidades do CID ou da CSS, dependendo de como cada país as interprete. Para a ABC, a intenção não é mudar o que

fazem os países, mas propor uma metodologia que lhes permita, mantendo as suas prioridades e visões da CI, utilizar componentes que sejam apropriados para eles.

- Para o Brasil, o processo de valorização não é simplesmente a produção de estatísticas, senão que também abriu caminho para análises de maior valor agregado, especialmente a contribuição da COBRADI ao desenvolvimento dos países e, por último, da firmeza da política pública do país em matéria de CI.
- A liderança técnica do IPEA tem promovido a realização de análises mais profundos, que superam os eminentemente quantitativos. A abordagem mais analítica que começa com o relatório 2011 - 2013, promete trazer progresso em países que ainda tem questões pendentes como a monitorização e avaliação. Além disso, o enfoque macro da cooperação sob o micro dos projetos, podem fazer contribuições importantes na abordagem e no desenho de políticas públicas relacionadas.
- É evidente que o processo de valorização e, especialmente, a recolha e análise da informação, tem aberto portas para uma melhor compreensão da lógica da cooperação e do papel que cada agente pode estar jogando neste contexto. Como tal, tem servido para tornar visível, promover e empoderar agentes e processos relacionados com a CID.
- É importante que se tenha uma maior integração entre ABC e IPEA para assim poder validar a existência de uma única metodologia de valorização, de processos de registo unificado e que, como resultado, proporcionem maior confiabilidade na informação produzida.
- Porque até agora o processo de captura de informações tem sido o resultado de um mandato informal ao IPEA, com a finalidade de melhorar a capacidade de resposta das instituições federais, integrar a agentes estaduais, municipais e outros tipos de agentes, e ter relatórios oportunos e de corte anual, a ABC promoverá a expedição de um regulamento que permita uma maior coerência e fortaleça o processo.

SÍNTESE DA VALORIZAÇÃO DA COOPERAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL (COBRADI)

1. **Regulamento que determina a obrigação de valorizar o CSS.** Não existe um regulamento que obrigue a realizar a valorização da CSS.
2. **Principais motivações para a valorização da CSS.** Valorização da contribuição técnica do país; visibilidade da CSS; transparência do gasto públicos.
3. **Informações de valorização.** Salários dos funcionários, pagamento de bilhetes, viáticos, materiais, as contribuições para organizações internacionais, as despesas de outras formas de cooperação.
4. **Porcentagem informação própria.** IPEA recebe 100% da informação de ABC e de instituições federais.
5. **Periodicidade e recebimento de informações.** Irregular; dependente do exercício de valorização. O atual é de três anos.
6. **Regulamento que exija que as instituições expliquem despesas da CSS.** Não existe um regulamento exigindo que as instituições comuniquem as despesas da CSS.
7. **Metodologia para avaliar a CSS.** Brasil tem uma metodologia para valorizar CSS. Ela não foi formalmente adotada por diretriz alguma.
8. **Nome metodologia - entidade que desenvolveu e / ou aplica - estado de progresso.** Metodologia “diretrizes básicas para a pesquisa”; desenvolvida e implementada pelo Instituto de Investigação Econômica Aplicada (IPEA), da Presidência do Brasil; em aplicação, com ajustes dependendo da complexidade da análise.
9. **Base para a formulação da metodologia.** Análise dos conceitos básicos sobre cooperação, determinação de elementos a valorizar e maneiras de o fazer.
10. **Tempo de aplicação da metodologia.** Desde 2010 (5 anos).
11. **Elementos valorizados de acordo com a metodologia na CSS.** Pagos dos funcionários, passagens aéreas, viáticos, suprimentos e materiais.
12. **Como é valorizado.** (Pagamento médio diário x número de dias) + (despesas para transporte e viáticos, doações e custos administrativos).
13. **Meios de captura de informações.** Plataforma web da IPEA e ABC NET - SAP e SGPFIn de ABC.
14. **Agentes que carregam a informação.** Representantes de instituições federais e da ABC.
15. **Processamento e controle de qualidade da informação.** IPEA faz uma revisão nos registros com instituições federais e fazem os ajustes apropriados.
16. **Outras expressões de CSS que são valorizadas.** Cooperação em educação; cooperação científica e tecnológica; cooperação humanitária; proteção, apoio e integração de refugiados; Operações de Paz; contribuições a organizações internacionais.

-
17. **Exigências de países ou instituições para saber sobre a informação de valorização.** Não existem requisitos específicos. IPEA divulga informações em papel e eletronicamente. Seus sócios em CSS não solicitam informação de valorização. Brasil usa informação de valorização em processos de cooperação triangular.
 18. **Relatório interno de informação sobre valorização.** A informação de valorização é conhecido pela Presidência, a Secretaria de Relações Exteriores, o ABC e todas as demais instituições federais.
 19. **Solicitação de informação de valorização a outros países.** Brasil não solicita informações de valorização aos países, em contrapartida, nos projetos que fornece de cooperação, ou nos que recebe.
 20. **Usando a valorização para a tomada de decisões e melhoria da CSS.** A informação é ocasionalmente usada para tais fins. Nos anos de 2011 - 2013 será usada para avançar com a verificação dos resultados e seu impacto.
 21. **Outros usos de valorização.** Análise de CSS, ligação à política externa.
 22. **As limitações ou restrições reguladoras para disseminar a informação de valorização.** Sem restrições para divulgar informações. Na verdade, é feito de forma ampla na Internet.
 23. **Fortalezas para compartilhar com outros países.** Análise conceitual para a valorização; desenho e ajuste de metodologias valorização; análise de informação; análise das políticas públicas relacionadas com a cooperação.
 24. **Resultados dos exercícios de valorização (em milhões de USD, preços correntes).** 2005 - 158,1; 2006 - 277,2; 2007 - 291,9; 2008 - 336,8; 2009 - 482,9; 2010 - 923,4.

Caso Chile

A valorização da cooperação técnica

INTRODUÇÃO

Chile é um agente muito ativo na CSS e CT. De acordo com estimativas da OCDE, em 2013, a sua cooperação atingiu os 44 milhões de dólares, dos quais 29 milhões foram canalizados através de organizações multilaterais. A sua cooperação, que é fornecida principalmente sob a forma de assistência técnica e bolsas de estudo, centra-se na América Latina e no Caribe e alguns países da África e da Ásia (OECD, 2015: 301-302).

De acordo com números incluídos no Relatório da Cooperação Sul - Sul na Ibero-América, em 2013, Chile implementou 56 projetos (10% de todos os países) e 44 ações (13% do total). por sua vez, foi receptor de 17 projetos (3%) e 3 ações (0,9%) (SEGIB, 2015: 42-43, 46-50, 61).

Chile vê a cooperação como um objectivo estratégico da sua política externa (AGCID, 2015: 4). Neste sentido, tem vindo a reforçar a sua participação no CSS, como um cooperador emergente no sentido em que esta forma de cooperação é o caminho natural para interagir com outros PED.

Por outro lado, na política chilena de cooperação internacional para o desenvolvimento e na estratégia chilena de cooperação interacional para o desenvolvimento 2015 - 2018, é feita uma ligação explícita de cooperação com o desenvolvimento inclusivo e sustentável. A partir desta perspectiva, é confirmado que o desenvolvimento é um elemento próprio da política externa. Como resultado, a Agência chilena ajustou recentemente seu nome para "Agência Chilena de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento - AGCID " (AGCID, 2015a: 11-12).

Nessa linha, a cooperação chilena procura partilhar com outros PED as experiências acumuladas na formulação, execução e avaliação de políticas públicas que, ao longo do tempo, se tornaram importantes ativos de institucionalidade nacional. Para isso, sob a forma de assistência técnica (AT) - cooperação técnica, tem a experiência de seus funcionários, como uma das principais vias de executar o seu CSS. Para tornar mais evidente a contribuição dos peritos técnicos, mais além do registro de despesas associadas com a sua mobilização (despesas de viagem), a cooperação chilena decidiu recorrer a sua avaliação ou quantificação.

No conceito de AGCID, a valorização é uma forma de “dizer - visualizar” o que realmente é feito em CSS. A verdade é que ainda quando um exercício exaustivo de cálculo seja facto, os resultados não serão tão significativos quanto a ser comparável com os recursos da AOD. Neste sentido, o objetivo não é gerar um número substancial, mas a valorizar o que é e é feito no CSS e que proporciona instituições públicas nesses processos.

A necessidade específica para valorizar a CSS no Chile surge em 2008, quando o La Dirección de Presupuesto del Ministerio de Hacienda (DIPRES), como parte de um exercício de avaliação dos orçamentos gerais da República, procurou saber o “impacto” da cooperação chilena; em vez disso, eles queriam saber para que os recursos que lhe são atribuídas à AGCI (agora AGCID) foram utilizados. Embora estivesse claro que o impacto das acções financiadas deu principalmente fora do país, e tinha a ver com a política externa, a resposta ao requerimento terminou-se focando em como o medir, que se fazia para evidenciar a utilização dos recursos.

Em resposta, foi identificado que teve despesas ocultas e ganhos relacionados com a cooperação chilena e, como tal, não foram reconhecidos como contribuições de cooperação; contribuição técnica foi o melhor exemplo.

No caso da cooperação triangular, que ficou em primeiro lugar atenção na revisão, a valorização foi associada ao cumprimento dos requisitos que os doadores fizeram ao Chile para fornecer novos recursos, baixas percentagens de que o país não poderia atender. Esta ação foi bem acolhida por vários doadores e gradualmente integrados aos mecanismos de cooperação triangular posteriores.

As informações de valorização permitiu à AGCID, mostrar ao agente presupuestal qual era a utilização e o contributo dos recursos recebidos para cooperação; Estes traduzido em maior valor mobilizado, em complemento aos recursos disponibilizados pelo parceiro tradicional.

Estes exercícios foram efectuadas internamente durante vários anos. No entanto, até agora, a difusão foi feita em âmbitos limitados ao interior da Agência ou para ser incluídos nos acordos de triangulação. No entanto, a AGCI D tem uma metodologia devidamente estruturada, cujos componentes e características de ser referenciada mais tarde.

1. CONTEXTO POLÍTICO, ESTRATÉGICO E NORMATIVO

A fim de contribuir estrategicamente para o cumprimento dos objectivos de política externa, a política de pimentão cooperação para o desenvolvimento internacional foi formulado como uma proposição de longo prazo, por um período de 15 anos. Neste contexto, a cooperação torna-se um objectivo estratégico da política externa do país.

Além disso, de acordo com a agência, a cooperação chilena “... promove a dignidade, justiça social, direitos humanos e desenvolvimento sustentável” (aGciD, 2015a: 4) e reafirmou como um veículo para gerar desenvolvimento inclusivo e sustentável . portanto, apresenta articulada para realizar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e seus sucessores, o Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma vez que entra em vigor. CSS, é claro, é coberta por esta abordagem.

Do ponto de vista do ambiente internacional, por razões de recessão económica e de outras interrupções, ele cria desafios significativos para a América Latina e Caribe (ALC) política de Chile determina que a cooperação deve desempenhar um papel importante para o desenvolvimento de a região. Na mesma linha, propõe o fortalecimento do CSS e CT como um meio de mobilizar conhecimentos e experiências entre os países, que está empenhada em reforçar a integração regional e determina ALC como a sua área de acção prioritária (AGCID, 2015a: 16).

Neste contexto, formula-se a Estratégia Chilena de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento 2015 – 2018 que estabelece os objectivos e áreas temáticas para a implementação da política que “... se materializar em Programa de Cooperação Sur-Sur, projectos bilaterais, triangular sobre questões de formação e capacitação para a governança “(AGCID, 2015b: 3).

Esta estratégia de cooperação tem três objectivos estratégicos (AGCID, 2015b: 6):

- Avançar para um desenvolvimento inclusivo e sustentável; destaca-se a experiência chilena em construção de políticas públicas, abordagem de desenvolvimento, ea ênfase em na inclusão e sustentabilidade como pontos fortes para enfrentar

os desafios da agenda pós-2015 e fazer avançar os processos bem-sucedidos de cooperação internacional, tendo em conta as necessidades dos países em desenvolvimento e, em particular, as suas populações mais vulneráveis.

- Fortalecer as parcerias para o desenvolvimento compartilhado; para Chile, a cooperação internacional é um canal para compartilhar experiências de como fazer frente aos diferentes desafios, regionais e globais, relacionados com o desenvolvimento; além disso, é um veículo para reforçar a integração e uma maneira de convergir os esforços dos diversos actores no desenvolvimento e interesses dos países em desenvolvimento.
- Consolidar o Sistema Nacional Cooperación Internacional para o desenvolvimento; Chile destaca a importância da cooperação internacional, e em particular, a que outorga a terceiros países no âmbito de sua política externa. Também destaca a multiplicidade de actores de desenvolvimento envolvidas nestes processos e da ampla gama de tópicos em que tais iniciativas estão à frente. Portanto, é importante para fortalecer o conhecimento e as sinergias entre os diferentes atores, para que eles possam avançar iniciativas para promover a complementaridade e um melhor fluxo de informações.

No objectivo de desenvolvimento inclusivo, destaca-se o área temática de formação ALC, em que o propósito de reforçar a capacidade e qualidade de funcionários públicos foi ratificado, através da transferência de habilidades e conhecimentos em políticas públicas e da formação de pessoas. Isso é consistente com a tradição do Chile para desenvolver seus CSS através da AT e ratificado na revisão dos instrumentos sob o nome de “transferência de tecnologia” (AGCID, 2015b: 24).

No objetivo 3, relativa ao Sistema de cooperação na área de trabalho 1 – reforço da AGCID (ver anexo 1), anuncia-se a implementação de um sistema de informação e gestão unificada que contribui para rastreamento em tempo real e avaliação dos resultados e impactos. Da mesma forma, inclui-se o fortalecimento na rendição de contas através de uma melhor gestão da informação.

Todos os elementos acima referidos levam à conclusão de que as bases fundamentais para o desenvolvimento dos processos de valorização são definidos; Chile confirma seu compromisso com CSS na região, privilegia o uso da AT, promove melhorias em seus sistemas de informação e reitera o seu compromisso com a prestação de contas e verificar de implementação, resultados e impactos.

Não obstante ao anterior, Chile não possui legislação que visa expressamente o processo de valorização, ou gerar um mandato específico para o AGCID ou as instituições que

executam CSS, fora da coordenação da agência, realizem o relatório correspondente. O fato é que o país tem gerado avanços significativos nesta área e continua a esforçar-se para melhorar as metodologias que foram usadas.

De acordo com AGCID, a quantificação é a maneira que los PED têm para mostrar (visível) o esforço institucional que eles estão fazendo nestes processos de CSS. Mesmo com o progresso em seus processo de desenvolvimento, o previsível do CSS é que as contribuições dos países continuará a se concentrar em suas habilidades, experiências, melhores práticas, etc., isto é, em compartilhar conhecimento (knowledge sharing) e portanto, não irá se manifestar de forma significativa na provisão de recursos de equipamentos financeiros, entre outros.

2. METODOLOGIA DE VALORIZAÇÃO DA AGCID

2.1. CONCEITUALIZAÇÃO

Como mencionado acima, a necessidade de prestação de contas sobre o orçamento nacional recebida pelo AGCID para a cooperação em outros países, levou a pesquisar e analisar as informações disponíveis e concluiu que havia “custos ocultos” em tais processos e, portanto, era necessário identificar e definir a forma de atribuir um valor monetário.

Em 2010, o AGCID contratou um consultor para a “Concepção e implementação de um registro e análise dos beneficiários e despesas intermédias associadas às actividades do programa de CTPD-AGCI na América Latina e no Caribe que recebem cooperação concedida pelo Chile” (Guernica, 2010). A Consultoria desenvolveu o “ Sistema de monitoramento a beneficiários intermediários do Programa de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD)” para monitorar os processos e avaliar os resultados correspondentes com base na análise das diferentes etapas de geração de valor no ciclo dos projetos.

Além disso, ele desenhou uma metodologia para estimar os custos do programa de CTPD para 2009 (Guernica, 2010: 50-59). A metodologia foi realizada para identificar os custos diretos e indiretos do programa, a partir da concepção de que essas categorias são aqueles que caracterizam as despesas ou custos (ou) de uma instituição.

Para o caso específico de programa CTPD, com base no orçamento do AGCID, metodologia identificou dois tipos de despesas. Os gastos diretos, definidos como “... Aqueles

em que são incorridos diretamente no fornecimento dos serviços dos componentes de Cooperação Horizontal e Triangular “, e incluem o seguinte:

- Vãos
- Viáticos
- Transferências
- Remuneração do pessoal dedicado exclusivamente à CTPD (bilateral e triangular).

Por outro lado, incluiu as despesas indiretas, definidos como “... aqueles necessários para a provisão dos serviços de Cooperação Horizontal e Cooperação Triangular, mas nos que não se incorre directamente “ (Guernica, 2010: 43). incluídos nesta categoria os seguintes tipos de despesas:

- A remuneração do pessoal que não é exclusivo para programas CTPD, mas que se relaciona com eles;
- Gastos gerais. Estes últimos foram distribuídos porque o peso da CTPD pessoa planta (bilateral e triangular) dentro do total da agência.

Em suma, os custos do programa de CTPD, identificados pela consultora de referência classificada como mostrado abaixo (Guernica, 2010: 45):

Gastos Diretos

- Vãos
- Viáticos
- Outros (transferências)
- Remuneração do pessoal dedicado exclusivamente à CTPD

Gastos Indiretos

- A remuneração do pessoal que não é exclusivo para os programas bilaterais e triangulares, mas inclui-los em seu trabalho.
- Serviços gerais

A consultoria arrojou os primeiros elementos a valorização. No entanto, as autoridades não consideraram que, por diferentes instituições chilenas envolvidos na transferência de conhecimento técnico. deste (2011), ao interior de AGCID começaram-se a desenvolver diferentes exercícios para determinar a quais projectos iriam se aplicar-

independentemente do seu tamanho ou resultados, de acordo com a realidade do CSS, o tempo de domínio e que seria responsável pelo fornecimento da informação.

Análises subsequentes têm partido do fato de que a cooperação técnica (AT) tem uma materialização no trabalho dos funcionários públicos, quando eles se envolvem em actividades de CSS temporariamente deixam de executar suas atividades regulares, razão pela qual eles percebem o seu salário. conseqüentemente, ele define uma espécie de custo de oportunidade.

De acordo com um dos funcionários entrevistados em AGCID, a CSS transfere conhecimentos institucionais e processos de a valorização até que ponto é deixar claro (visível, promover, mostrar) que é feito em CSS. Portanto, fazer cálculos baseados no mercado não pode fazer muito sentido. O fundamental é mostrar o que é feito e não competir com outras formas de aquisição de conhecimentos ou experiências ou maneiras de resolver problemas, tais como as consultoria ou outro trabalho fora. Por essa razão, não faz sentido para valorizar o “conhecimento” em termos genéricos, e fazer esforços desnecessários por tomá-lo como referência. por conseguinte, o que é considerado na valorização é o apoio técnico de funcionários envolvidos nos processos de CSS e é estimado como um custo de oportunidade, com base no seu salário.

O fato de basear-se no salário das pessoas é, aparentemente, a maneira mais clara de valorizar, porque, independentemente do conhecimento envolvido, sua mobilização, ou o facto de compartilhá-lo, faz-se através dos técnicos.

Não obstante, de acordo com funcionários do Departamento de Política e Planejamento AGCID para a cooperação chilena a obtenção de um critério ou um “guarismo” não pode ser o fim de um processo de valorização da cooperação; deve haver um contexto mais amplo e, conseqüentemente, propósitos mas complexos, que só t dispor de uma cifra determinada. A este respeito, o ponto de partida deve ser ¿Por que e para que fazer ou ter uma valorização?

A valorização é importante porque permite reconhecer a nível político a contribuição que os sectores fazem na cooperação internacional, visibilizar o esforço institucional, sensibilizar a autoridades e opinião pública e envolver a outros agentes de desenvolvimento. Isso se complementa com exercícios técnicos consistentes e com bases de informação fortes através de conjuntos de dados, levantamento de informação e realização de análises históricas.

2.2. METODOLOGIA

Como resultado dos trabalhos que foram realizadas ao interior de AGCID, atualmente Chile tem uma metodologia de valorização de projetos de cooperação que estão enchendo as fases finais de validação interna para começar a gerar informação pública (AGCID, 2015c). Até agora tem havido circulação de documentos institucionais e para alguns sócios da OCDE.

A metodologia de Chile não tem sido adoptada a partir de algum instrumento legal ou administrativo; Aplica-se exclusivamente para a CSS que gere a Agência, e baseia-se, como já mencionado, em reconhecimento da cooperação técnica como o principal meio para fazer CSS, na identificação dos funcionários públicos como os agentes que a desenvolvem e na utilização de seu salário (custo de oportunidade) como referência

QUADRO 2.

Metodologia de Valorização da AGCID

A metodologia de valorização consiste em três componentes: os custos directos do projecto (Custos), a valorização de horas técnicas (Custos b) e os custos operacionais indirectos (Custo C).

A soma dos três tipos de custos determina o custo total do projeto (Ctotal de Val). As informações para o cálculo dos custos corresponde inteiramente às dotações orçamentais e execuções de AGCID.

Costos directos (Ca)

Os custos directos totalizaram valores:

(p = bilhetes ou bilhetes de avião) +

(v = despesas de viagem - que são aplicados de acordo com a tabela de serviço público) +

(o = outros custos - materiais e imprevistos) +

(t = transferências - para embaixadas, representações deve fazer uma despesas em outro país).

Custos (valorização) de horas técnicas (Cb)

Neste caso, é executada a operação seguinte:

(n = número de profissionais de diferentes instituições AGCID) x

(Ch = salário diário, dependendo da sua localização na escala de pagamento público) x

(d + 2 = número de dias reais, mais dois, o equivalente a dias de preparação) x

(1,1, que é procedimentos internos de um fator de apoio administrativo¹⁹, no estado de origem do funcionário).

18/ Em casos excepcionais de envolvimento de pessoal não oficial, taxa diária de US \$ 270 se aplica.

19 / De acordo com a metodologia AGCID corresponde às despesas administrativas estimadas do setor nos últimos 5 anos variaram entre 1,08 e 1,2 média.

para valorizar a contribuição técnica. Além disso, aplica-se exclusivamente aos recursos AGCID para CSS e CT. Não se inclui informação de instituições ou sectores nacionais que realizam cooperação sem a mediação da Agência.

No quadro 2, descrito em detalhe a metodologia de valorização utilizada pelo AGCID.

De acordo com análises do AGCID para as valorizações efectuadas para os anos de 2010 a 2014, verificou-se que o valor de horas técnicas manteve uma relação relativamente estável, em 11%, em relação aos custos directos. Da mesma forma, os custos indirectos são aproximadamente 89% dos custos directos. com base nisso, pode-se perceber que a soma de horas técnicas e custos indirectos igual ao montante dos custos directos. isto permite concluir que o valor total de uma atividade ou projeto (cTotal Val) é equivalente a duas vezes os seus custos directos.

Costos indirectos (C_c)

Os custos indirectos são calculados através da distribuição e ponderação e os orçamentos aGciD de acordo com o peso total de projetos de cooperação técnica, pessoal atribuídos a projectos e apoio administrativo, como segue:

$(C_a / S_{24p} = \text{custos fixos / orçamento de projetos para cooperação técnica}) \times$

$(S_{24p} / S_{24} = \text{projetos de orçamento para cooperação técnica / orçamento para cooperação técnica}^{20}) \times$

$(S_{21ps} + S_{22} + S_{29} = \text{orçamento pessoal de suporte administrativo e finanças} +$

$S_{21pe} + S_{24pe} = \text{pessoal técnico e administrativo orçamento atribuído exclusivamente a projectos})$

Na seguinte formulação apresenta-se o descrito ²¹:

$$C_{\text{Total de Val}} = C_a + C_b + C_c$$

$$C_a = p + v + o + t$$

$$C_b = n * c_h * (d + 2) * 1,1$$

$$C_c = \left(\frac{C_a}{S_{24p}} \right) * \left\{ \left(\frac{S_{24p}}{S_{24}} \right) * (S_{21ps} + S_{22} + S_{21}) + S_{21pe} + S_{24pe} \right\}$$

- Peso específico da assistência técnica sobre o total de orçamento associado a projectos
- Peso específico do orçamento associado a projectos (Sub 24) sobre o total do Sub 24

20/ Esta categoria inclui os subsídios destinados, que não são tidos em conta para a avaliação da cooperação técnica.

21/ Informações obtidas a partir metodologia aGciD.

A informação de base para a valorização é fornecida na totalidade dentro AGCID. Por um lado, pelo Sistema de Informação para a Gestão Financeira do Estado (SIGFE), que é administrado pela área financeira de AGCID e produz dados de desempenho financeiros (custos directos). Além disso, a área técnica da AGCID tem o Sistema de Gestão e Planeamento (SIGEP), na qual os líderes de projeto incluem a informação relativa a horas técnicas. O valor total (a valorização) é calculado em excel, pelo Departamento de Política e Planeamento AGCID, quando lhe é requerido por solicitação formal.

No futuro, espera-se que o Sistema Nacional de Informação da Cooperação, incluído na estratégia 2015 – 2018, integre-se com SIGFE e SIGEP, de modo que pode ser automatizado relatórios relacionados com CSS e calcular a valorização da mesma.

Por exemplo, no Quadro 3, apresenta-se um exercício de valorização para uma acção de cooperação técnica por uma pessoa, de acordo com a metodologia do Chile.

Como resultado da aplicação da metodologia, Chile gerou até agora os seguintes valores (expressos em milhões de dólares correntes) da CID fornece:

QUADRO 3.

Exemplo na aplicação da metodologia de valorização da cooperação Sul-Sul da AGCID

Costos directos (Ca)

p = passagens de voo = USD 1.500

v = viaticos diários = USD 170

o = outros gastos = USD 200

t = transferências = USD 500

$$Ca = (1.500) + (170 \times 5) + (200) + (500)$$

$$Ca = \text{USD } 3.050$$

Custos (valorização) das horas técnicas (Cb)

n = número de profissionais = 1

Salário mensal = USD 2.700

Ch = salario diário = USD 90

d + 2 = número de dias = 5 + 2

Apoio administrativo = Fator de 1.1

$$Cb = (1) \times (90) \times (7) \times (1,1)$$

$$Cb = \text{USD } 693$$

TABELA 1.

Exemplo na aplicação da metodologia de valorização da Cooperação Sul-Sul AGCID

| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|--------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Ca (custos directos) | 4.322.510 | 2.096.669 | 2.804.691 | 3.711.013 | 5.495.898 |
| Cb (horário técnicas) | 413.522 | 208.695 | 433.837 | 430.678 | 518.183 |
| Cc (custos indirectos) | 4.322.510 | 1.850.228 | 2.540.574 | 2.702.512 | 4.863.245 |
| CTOT Val (Custos totais) | 9.058.542 | 4.155.591 | 5.779.102 | 6.844.203 | 10.877.326 |
| Taxa de câmbio (***) | 474,78 | 517,17 | 477,13 | 529,45 | 612,92 |

Fonte: Elaborado com base nas informações fornecidas pela Agência Chilena de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

Notas:

(*) As informações AGCID fornecido originalmente em pesos chilenos

(**) Cálculos de elaboração própria

(***) Taxa de câmbio de 31 de dezembro de cada ano, com base em dados do banco central.

Costos indirectos (Cc)

$S24 =$ Orçamento de cooperação técnica = USD 1.000.000

$S24p =$ Orçamento para projetos de cooperação técnica = USD 600.000

$S21ps + S22 + S29 =$ orçamento pessoal de apoio administrativo e finanças = USD 50.000

$S21pe + S24pe =$ orçamento pessoal técnico e administrativo destinados exclusivamente a projeto = USD 20.000

$Ca / S24p =$ custos fixos / orçamento de projetos para cooperação técnica =

$Ca / S24p = 3.050 / 600.000 = 0,0051$

$S24p / S24 =$ Orçamento de projectos para cooperação técnica / orçamento técnica para a cooperação técnica =

$S24p / S24 = 600.000 / 1.000.000 = 0,6$

Então, custos indirectos, serão iguais á:

$Cc = (0,0051) \times (0,6) \times (50.000 + 20.000)$

$Cc =$ USD 214

3. APLICAÇÕES DA INFORMAÇÃO

Até agora, como foi relatado, a informação de valorização tem apenas usos internos em AGCID. No entanto, o que fica claro a nível institucional, é que a metodologia, embora perfectível, tem reconhecimento interno e dos sócios para a triangulação e fortalecer-se-á seu uso futuro. Espera-se que, uma vez validada a consistência da metodologia, é obtida uma publicação contendo informações confiáveis e consistentes aos agentes externos.

Embora ainda em relatórios de Gestão da Agência continua-se informando unicamente a execução por atribuição presupuestal (custos diretos) para alguns efeitos, como conta pública relatórios, o Ministro das Relações Exteriores e do director da agência têm apresentado informação de valorização.

Não obstante, e embora em alguns casos, é reconhecido que a valorização pode levar a calcular valores superiores aos previstos pelos doadores e que, conseqüentemente, é necessário ajustar os custos de valores indiretos, informação de valorização tem vindo a ser utilizadas para reportar contrapartida nacional no âmbito de acordos de triangulação que Chile subscreve com cooperantes tradicionais

Um número significativo de doadores tradicionais concordam que Chile, por valorização, estimar a sua contribuição para os processos de cooperação triangular, entre outras coisas, em reconhecimento da diferença de desenvolvimento entre os dois lados, e a que o requerimento de contrapartidas em dinheiro, semelhante a contribuições de doadores, envolve demandas inconcebível que os países em desenvolvimento não estão em capacidade de cumprir. Além disso, em tais processos, é evidente que a ênfase em questões financeiras é menor que nos da cooperação tradicional Norte-Sur.

Como mencionado, utilizando esta metodologia, Chile só valoriza a cooperação técnica. No entanto, eles foram movendo-se com a recolha de informação para outras formas de cooperação, tais como assistência humanitária, operações de paz, contribuições para organismos e organizações internacionais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- É importante lembrar que a necessidade de valorizar os projectos e actividades de CSS e CT surgiu de fatores externos e envolvida informações de identificação que não existia ou que era necessário procurar e / ou construir, que envolveu pedido,

outros agentes públicos, em algum momento, eram renuentes a entregá-la ante a impossibilidade de identificar um benefício por fazê-lo. Por outro lado, quando se devia construir a informação, rapidamente, se chegava à conclusão de que a obter era complicado e caro.

- Deve ser reiterado que para avançar uma valorização exercício não implica somente esforços de consecução contábil de informação. De forma prévia, e mais importante, deve haver clareza nos conceitos; que se entende por cooperação, para que valorizar, que valorizar, a que propósitos mais amplos pode contribuir, etc.
- A valorização é essencial para provar que está fazendo em CSS e CT. É uma contribuição que não é simbólico, mas muito importante, em termos de conhecimento que é compartilhado com outro país ou a outra instituição e que reflete as capacidades institucionais, experiência e pontos fortes de políticas públicas nacionais.
- Um processo de valorização deve ser visto em um contexto mais amplo do que simplesmente produzir estatísticas; deve considerar-se como um espaço que permite compreender melhor a cooperação, destacar e promover o que é feito, aliviar o esforço institucional e o valor da contribuição técnica, bem como facilitar a análise e tomada de decisão na gestão da cooperação.
- O processo associado à valorização deve ser visto como um passo em frente em termos de informações e estatísticas, no caminho dos principais temas pendentes CSS e CT, como a monitorização e avaliação dos resultados e, esperamos que, impactos.
- Pois de acordo com a estratégia de cooperação 2015 - 2018, o AGCID está na cabeça do Sistema Nacional da Cooperação Internacional, essa responsabilidade pode ajudar a compreender melhor as várias actividades e contribuições que outras instituições desenvolvem em CSS, como parte das iniciativas regional ou sub-regional, em áreas como a cultura, educação e ciência e tecnologia.
- á que AGCID unicamente valoriza o que se relaciona com o orçamento que tem alocado, o fato de coordenar do Sistema Nacional de Cooperação e tendo em vista a montagem do Sistema Nacional de Informação para a Cooperação Internacional, abre-se a oportunidade de incluir outras instituições, agentes e formas de cooperação, de modo a que haja uma maior aproximação aos valores de cooperação que fornece Chile considerando a diferentes agentes do desenvolvimento.

- Deve mencionar-se que Chile deseja avançar nestes processos de valorização com o apoio da região. Seria muito valioso poder estabelecer uns consensos mínimos que permitam, pelo menos, projectar e promover melhor CSS na região. Seria desejável para a América Latina e Caribe, que é o mais ativo em CSS, pudesse chegar a estabelecer, através da valorização, qual é a cooperação que compartilha consigo mesma e com o resto do mundo.
- Embora reconhece-se a importância e a utilidade de adiantar processos de valorização, ainda persistem limitações a sua difusão, nomeadamente porque, sob responsabilidades sobre a execução orçamental, valores diferentes pode levar a erros. Portanto, é necessário avançar campanhas de sensibilização e informação, bem como encontrar formas criativas de apresentar estas informações para que as necessidades orçamentais são cumpridas, mas também pode promover adequadamente o CSS e CT.
- Considere isso uma questão importante em termos de valorização; processos estão sendo desenvolvidos em termos dos despesas geradas pela cooperação concedida, mas não é dado valor ou precisa saber informações semelhantes do lado parceiro com que um projeto ou uma atividade de cooperação se desenvolve. Nem valorizações do que o país recebe no CSS e CT, são usados. ou seja, pode ser dada processos de valorização incompleta na medida em que reflectem apenas os custos associados com a “oferta” ou a prestação de cooperação e deixar de fora os relacionados com a “procura” ou o fato de o receber.

SISTESIS DA VALORIZAÇÃO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA NO CHILE

1. **Regulamento que determina a obrigação de valorizar o CSS.** Não existem regulamentos para encomendar realizar valorização da CSS.
2. **Principais motivações para a valorizar da CSS.** Valorização da contribuição técnica do país; visibilidade da CSS; transparência do gasto públicos.
3. **Informações de valorização.** Salários dos funcionários, pagamento de bilhetes, despesas de viagem, materiais, orçamentos técnicos para projetos de cooperação técnica e pessoal de apoio geral e dedicada a projectos de cooperação.
4. **Percentagem informação própria.** AGCID gera 100% da informação necessária para a valorização.
5. **Periodicidade de recepção de informação.** Anualmente.
6. **Regulamento que exija que as instituições expliquem despesas da CSS.** Não existe um regulamento exigindo que as instituições comuniquem as despesas da CSS. Os valores reportados de cooperação técnica correspondem inteiramente ao gerenciamento de AGCID.
7. **Metodologia para valorizar a CSS.** Chile tem uma metodologia para valorizar CSS. Não se adoptou formalmente por norma alguma.
8. **Nome metodologia - entidade que a elaborou e / ou aplica - estado de progresso.** “Metodologia de valorização de projectos de cooperação”; desenvolvido e implementado pela Agência Chilena de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AGCID); na aplicação, com ajustamentos para garantir a consistência das informações.
9. **Base para a formulação da metodologia.** Análise dos conceitos básicos sobre cooperação, determinação de elementos a valorizar e maneiras de o fazer.
10. **Tempo de aplicação da metodologia.** Desde 2010 (5 anos).
11. **Elementos valorizados de acordo com a metodologia da CSS.** Funcionários salários, passagens aéreas, despesas de viagem, suprimentos e materiais, orçamentos de cooperação técnica para projetos de cooperação técnica e pessoal de apoio geral e dedicado a projetos.
12. **Como é valorizado.** (Os custos directos CA) + (Horas técnicas Cb) + (custos indirectos Cc).
13. **Médio de captura da informação.** Sistema de Informação para a Gestão Financeira do Estado (SIGFE) e Sistema de Gestão e Planejamento (SIGEP).
14. **Agentes que carregam a informação.** Funcionários AGCID das áreas financeiras e técnicas.

15. **Processamento e controle da qualidade da informação.** O Departamento de Política e Planejamento de AGCID faz revisão e análise das informações utilizadas para a valorização.
16. **Outras expressões de CSS que são valorizados.** Apenas uma valorização da cooperação técnica é feita.
17. **Requerimentos dos países ou instituições de saber de informação de valorização.** Não existem requisitos específicos. AGCID utiliza informação de valorização para registrar como contrapartida em Acordos de Cooperação Triangular.
18. **Relatório interno de informações sobre a valorização.** A informação de valorização é conhecida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, e directivas AGCID.
19. **Requerimento de informação de valorização a outros países.** Chile não solicita informação de valorização aos países por contrapartida em projectos de cooperação bilateral prestados, ou a cooperação que recebe.
20. **Uso da valorização para a tomada de decisões e melhoria da CSS.** As informações são usadas para análise da cooperação técnica que se outorga.
21. **Outros usos da valorização.** Análise de CSS, ligação à política externa.
22. **As limitações ou reservas reguladoras para disseminar a informação de valorização.** Enquanto não há reservas para divulgar a informação, AGCID até determinar a confiabilidade geral da metodologia não vai fazer a difusão em massa da informação. Isto é esperado para acontecer em 2016.
23. **Fortalezas para compartilhar com outros países.** Análise conceitual para a valorização; desenho e ajuste metodologias de valorização; análise de informação.
24. **Resultados dos exercícios de valorização (em milhões de USD, preços correntes).** 2010: 9,1; 2011: 4,2; 2012: 5,8; 2013: 6,8; 2014: 10,9.

OBJETIVOS E ÁREAS TEMÁTICAS DA ESTRATEGIA DA COOPERAÇÃO DO CHILE

Objetivo Estratégico 1: Em direção a um desenvolvimento inclusivo e sustentável

- Fortalecimento da Democracia - fortalecimento institucional e modernização.
- Desenvolvimento inclusivo e sustentável
 - o Desenvolvimento social
 - o Agricultura e segurança alimentais
 - o Ambiente, recursos naturais e energia
 - o Cooperação econômica para o desenvolvimento
 - o Desenvolvimento territorial e local
 - o Prevenção e redução de desastres

Objetivo Estratégico 2: Reforço de parcerias para o desenvolvimento compartilhado

- Desenvolvimento inclusivo e sustentável, no sentido de reduzir as lacunas e vulnerabilidades estruturais.
 - o Acordos flexíveis e papéis diferenciados
 - o Abertura para trabalhar com diferentes atores
 - o Liderança compartilhado e complementar
 - o Ênfase em resultados de desenvolvimento
- Formação em América Latina e no Caribe
 - o Concentrar esforços na transferência de habilidades e conhecimentos em políticas públicas
 - o Formação de pessoas para reforçar o investimento no conhecimento, na investigação e inovação
- Projeção da Cooperação chilena - Reforço do trabalho conjunto com outras regiões do mundo.

Objetivo Estratégico 3: Consolidar o Sistema Nacional de Cooperação Internacional-Desenvolvimento

- Reforço da AGCID
 - o Diálogo e intercâmbio
 - o Desenvolvimento de competências
 - o Coordenação e harmonização com outros parceiros e alinhamento com as políticas homólogos
 - o Educação para o desenvolvimento e sensibilização da sociedade chilena

-
- Conformação do Sistema Nacional de Informação da Cooperação
 - o Aprofundamento da complementaridade dos actores da cooperação
 - o Gestão da informação
 - o Fortalecimento e consolidação do conselho da Sociedade Civil AGCID

ÁREA TRANSVERSAL 1: Igualdade de gênero e direitos das mulheres.

ÁREA TRANSVERSAL 2: Inovação e uso de novas tecnologias para o desenvolvimento.

ÁREA TRANSVERSAL 3: Fortalecimento das capacidades e formação.

Caso México

Quantificação da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

INTRODUÇÃO

México é um agente importante na cooperação internacional para o desenvolvimento (CID). A OCDE no seu relatório para 2014 relatório, publicou pela primeira vez números de cooperação que México ofereceu em 2011 e 2012 aos países em desenvolvimento (PED).²² O valor ascendeu a 277 milhões; dos quais, de acordo com a OCDE, cumprem com os critérios do CAD para ser classificado como cooperação para o desenvolvimento. Desse montante, cerca de 52% foram canalizados através de organizações multilaterais (OCDE, 2015: 305).

De acordo com números divulgados no Relatório da Cooperação Sul - Sul (CSS) na Iberoamérica, 2015. Em 2013, México tinha em execução cerca de 13% dos projetos (74) e 17% das ações (59) do total países iberoamericanos. Além disso, foi explicado que o 6% correspondia a projectos e 4% em ações como beneficiário de cooperação (SEIGB, 2015: 42-43, 46-50).

O Estado mexicano dá alta prioridade a questões de cooperação. Para reforçar a sua tradição como um parceiro de desenvolvimento, fortalecendo a estrutura institucional, melhorar as formas de implementação da CID e ter uma melhor orientação estratégica, em 2011, aprovou a Lei de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (LCID). Que em seu artigo 1 afirma que pretende “... dotar ao Poder Executivo Federal dos instrumentos

22/ Para o 2013, a AMEXCID estimou o valor da CID do México em 551,5 milhões de dólares.

necessários para a programação, promoção, acordo, alavancagem, coordenação, implementação, quantificação, avaliação e fiscalização das ações e programas de cooperação internacional para o desenvolvimento entre os Estados Unidos Mexicanos e os governos de outros países e organizações internacionais, para a transferência, recepção e partilha de recursos, bens, conhecimentos e experiências educacionais, culturais, técnicos, científicos, econômicos e financeiros.” (SRE, 2011). Complementarmente determina que as iniciativas de cooperação terão em adiante como uma motivação fundamental, promover o desenvolvimento humano sustentável (SRE, 2011).

A LCID criou duas ferramentas para a CI: a Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AMEXCID), responsável pela coordenação da cooperação com as instituições do governo federal, e um Programa de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (PROCID) contendo que conterà as políticas e mecanismos de execução da cooperação internacional. Além disso, ele estabeleceu as bases para o estabelecimento do sistema mexicano de cooperação internacional para o desenvolvimento.

Como complemento, a lei determinou a criação do Registro Nacional de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (RENCID), que inclui informações sobre ações, projetos, acordos, peritos instituições participantes, valores, entre outras informações relevantes. Além disso, ele criou o Sistema de Informação da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, como um banco de informações que irá abordar a identificação da “... a concorrência e a duplicação (...) de esforços e possíveis iniciativas de cooperação internacional conflitantes que que impulsionem as dependências e instâncias da Administração Pública Federal “(SRE, 2011).

Além da grande importância da promulgação da lei e a criação dos instrumentos da CID, para fins de quantificação²³ da cooperação prevê expressamente, em primeiro lugar, a concorrência de AMEXCID para tais atividades. Por outro lado, o PROCID, reforça a necessidade de melhorar a quantificação e registo e é determinada a criação de uma plataforma de computação para facilitar a carga e a consulta de informação. Além disso, a quantificação é associado com os interesses mais elevados, como a transparência e um melhor planejamento.

23/ Na área da CID de México não se faz nenhuma referência à valorização, mas ser feita uma quantificação. Por conseguinte, aqui, o termo será assumido e entendido como sinônimo de valorização.

Para AMEXCID, a quantificação de cooperação não é exclusiva de CSS, mas estende-se ao CID²⁴. Neste sentido, a quantificação de cooperação técnica será apenas parte do exercício e não reduzido para o cálculo dos desembolsos. Enquanto você pode ter uma aproximação por número de projetos executados ou peritos mobilizados, por exemplo, você também pode optar por dar um valor monetário a essa participação.

A Quantificação deve deixar claro que a ação da equipe técnica gera um custo para o Estado mexicano, e, directamente, não gerou qualquer pagamento. Portanto, é importante mostrar como os recursos técnicos que o México tem para executar funções específicas, visando atender as necessidades nacionais, por um determinado período de tempo, envolver-se em actividades de cooperação, criando assim um custo de oportunidade para a instituição mexicana (e do país), que fornece cooperação. O mais fácil para a forma como as instituições públicas mais próxima para quantificar e mais facilmente verificável é baseado no salário do funcionário; o valor da sua contribuição é que parte da sua remuneração guia determinada da administração pública federal (APF), que corresponde aos dias dedicados à cooperação internacional.

A coleta de dados, além de quantificação gera outros agregados, diferente e mais importante do que o relatório de estatísticas de Valores cooperação; a informação a ser conhecido e acumulando para desenvolver tais exercícios abre caminho para outras análises e mover-se melhor na compreensão da cooperação e da maneira de como você pode definir e interpretar outras possibilidades de medição, tais como as relativas à monitorização e verificação dos resultados.

No México, a experiência quantificação começa nos anos 80, tendo diferentes sistemas usados ou aplicativos (SISTECOP, acesso Oracle e SICOI). Em 2009, alguns funcionários da agência que pertenciam a uma equipa que tinha sido na OCDE, promoveu a ideia de usar uma fórmula para dar valor para a cooperação técnica oferecida pelos especialistas mexicanos. Para isso, além do desenvolvimento da fórmula, um sistema de informação, o SIMEXCID foi criado. Com o passar do tempo, as concepções de quantificação foram alterados, o quadro institucional mudou e o sistema foi alterado para estar mais de acordo com as necessidades e características da actual cooperação.

24/ Na verdade, a nível mundial, nem todos os parceiros CSS reconhecem que a sua única manifestação é a cooperação técnica.

1. CONTEXTO POLÍTICO, ESTRATEGICO E NORMATIVO

Como já mencionado, a cooperação internacional desempenha um papel importante nas atividades de política externa e de desenvolvimento do México que os avanços do país. De acordo com esta definição, e a fim de coordenar, consolidar e ações melhor alvo existentes em 2011, foi emitida a lei que criou a Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AMEXCID) e um programa de cooperação internacional desenvolvimento (PROCID).

O Decreto que aprova o programa de cooperação internacional 2014 - 2018, confirma que o México procura estabelecer uma política externa baseada na CID, como um meio de expressar a solidariedade e promover o bem-estar e prosperidade do país e da comunidade internacional (SRE de 2014).

Neste contexto, é importante considerar que a criação de AMEXCID fortalecido a gestão da CI no México em termos de coordenação atribuída à cooperação de gestão, incluindo a quantificação. Neste sentido, a mesma lei estabelece a obrigação dos órgãos da APF (17 ministérios e três órgãos da APF) para ajudar a organizar e atualizar sistema de informação (Sre, 2011). Portanto, uma das tarefas da AMEXCID é administrar o RENCID ea cooperação internacional Sistema Nacional de Informação para o desenvolvimento.

Além disso, por mandato do artigo 12, o AMEXCID, ele era “... desenvolver uma metodologia para contabilizar e de recursos humanos totais, técnicos financeiros todos os mexicanos que colaboraram a intenção ...” para o CID (SRE, 2011).

Além disso, no PROCID ele é identificado como uma melhoria desafio institucional no monitoramento do projeto e quantificação e registro. Para isso, a preparação de uma metodologia que se encaixa na CID faz México e o desenho de uma plataforma informática que suporta a informação de carga melhorada e registo é determinado.

Isto determina que, no caso do México, a quantificação do CID é regido pelo quadro legal da mesma e, por conseguinte, e AMEXCID é obrigado a cumprir as suas responsabilidades de liderança e coordenação, as instituições federais são obrigadas para fornecer as informações relevantes para a obtenção dos valores dos projetos e ações, bem como os dados necessários para o acompanhamento ea avaliação do CID.

Em termos de alinhamento com a política nacional, pode-se dizer que a quantificação contribui significativamente para alcançar a meta Cinco Plano Nacional Desenvolvi-

mento “México com responsabilidade global”. Em particular, está ligada à estratégia da “Promoção de uma política vigorosa de cooperação internacional que contribui tanto para o desenvolvimento do México e para o desenvolvimento e estabilidade de outros países, como elemento essencial do papel do México como um actor global responsável”. (SHCP, 2013)

Além disso, é evidente que as melhorias em termos de quantificação não são destinadas apenas para fortalecer o registo ou a disponibilização de estatísticas. As finalidades além quando destinado a melhorar a monitorização, para promover a transparência e reforçar o planeamento.

Um fator positivo adicional tem a ver com o fato de que para analisar a coerência entre os elementos básicos da política e acções específicas sobre CID; quão longe essas ações são relevantes e alinhados com os preceitos da política externa e de desenvolvimento. Neste sentido, uma análise importante apoio e tomada de decisão.

Finalmente, deve notar-se que, através do exercício de quantificação, unidades de setores de relações internacionais e instituições federais, na medida em que funcionam como ligações de cooperação para AMEXCID, e, neste contexto coordenar o processo de implementação e validação captura, começou a ganhar legitimidade e relevância. Isto permitiu-lhes conhecer melhor o que fez o seu sector e ter uma melhor compreensão da dinâmica de cooperação.

2. A METODOLOGIA DE QUANTIFICAÇÃO DO AMEXCID

2.1. CONCEITUALIZAÇÃO

Como resultado do interesse de atribuir um valor à cooperação técnica, o México criou em 2010 o Sistema de Informação do México de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (SIMEXCID). O SIMEXCID tinha uma fórmula para a quantificação de cooperação técnica que incluiu grau académico, a posição de trabalho, anos de experiência, os dias de dedicação, o custo de um assistente e um custo administrativo (12% dos custos variáveis) (SEGIB, 2010: 58-59), para o qual várias reações que levou a questionar sua relevância foram gerados. Na prática, os custos directos multiplicado, em média, 4 para se obter o valor total da actividade.

Portanto, as limitações técnicas e a carga gerada com a análise específica dos diferentes atributos que continha certas reservas sobre a solidez metodológica e a promulgação da

Lcid, foi realizado um exercício de revisão da metodologia. No entanto, sua grande realização foi que, desde essa altura, instalada no interesse organizacional 'mentalidade' para quantificar as contribuições intangíveis da CSS.

Em 2010, desenvolveu-se um outro exercício, muito simples, que consiste em convidar as instituições a comunicar informações sobre os valores de cooperação técnica. Esses processam diferentes tipos de dados coletados, principalmente a partir de desembolsos, que foram integrados em uma folha de excel. Os resultados, que não foram publicados, foram modestos, dada a baixa resposta das instituições, a dispersão de informações e, em última instância, o alcance limitado para o qual foi concebido.

Com a promulgação da LCID (artigo 12), é determinado que AMEXCID deve quantificar as contribuições para o CID e deverá fazê-lo não só para o que executando a agência, mas para toda a APF. Durante 2011 e 2012 dois exercícios foram para realizar estas duas tarefas.

Em 2013, a fim de avançar para a consolidação da quantificação da cooperação oferecida pelo México e a construção de uma metodologia mais robusta, AMEXCID, no âmbito do projecto de fortalecimento institucional com GIZ da Alemanha, liderada seminário realizado em "quantificação da cooperação internacional para o desenvolvimento"²⁵.

Na reunião dos "profissionais", eles foram assistidos por representantes da Alemanha, Brasil, Chile, Espanha, Japão, México, Turquia, a OCDE-CAD (Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE) e da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Os diálogos permitiram compreender a lógica de valorização em outros países e serviu para ajustar a fórmula descrita acima e para realizar um processo mais rigoroso com base em dados reais de inclusão (exato) e há estimativas.

Ambos aprendem exercícios de quantificação iniciais e partilha de conhecimentos seminário ajudou a AMEXCID desenvolver uma metodologia de quantificação e uma ferramenta de recolha de informações que permitam maior interação com os órgãos da APF. Neste processo, as actividades de formação foram avançados e, ao mesmo tempo, foram recebidas as preocupações das instituições em todo os fins específicos deste exercício.

25/ Ver informações sobre o evento em <http://amexcid.gob.mx/index.php/comunicacion-/comunicados/1932-amexcid-celebra-seminario-sobre-la-cuantificacion-de-la-cooperacion-internacional-para-el-desarrollo>.

Para a quantificação procurou unificar e padronizar as informações usando a plataforma projetado para esta finalidade, o RENCID. A partir desta módulos da plataforma para capturar,, acadêmico ajuda financeira, humanitária técnico, contribuições para organizações internacionais e outros foram habilitados. No caso de cooperação técnica, a opção metodológica para dar um valor à cooperação prestada pelos especialistas mexicanos foi se concentrar no custo de oportunidade de técnicos mexicanos em relação ao seu salário na planta do governo federal.

A metodologia, que não foi promulgado por qualquer instrumento jurídico, mas que foi desenvolvido por ordem do LCID, foi ajustado ao longo do tempo, em linha com os comentários e sugestões de instituições federais ea experiência adquirida nos exercícios 2011 e 2012, por exemplo, foi necessário voltar aos conceitos para esclarecer especificamente o que se entende por CID e, portanto, o que poderia ser incluído na quantificação.

Até agora, AMEXCID alcançou números para os anos de 2011 a 2013 e está em fase de conclusão correspondente a 2014. Este ano, embora as metodologias não são comparáveis, pode provar os esforços da agência para fazer avançar assuntos relacionados com a quantificação CID do México.

2.2. METODOLOGIA

A metodologia para quantificar o cid concedida pelo México lança em 2014, como resultado dos desenvolvimentos alcançados no âmbito AMEXCID. É um muito concretas e sencilla²⁶ proposta trata quantificar a oferta de cooperação do México, concentrada, conforme estipulado pela lei, instituições governamentais e considera federal²⁷ projetos e atividades que impactam o desarrollo²⁸.

A metodologia considera os seguintes tipos de cooperación²⁹:

26/ Enquanto se pode pensar em outras referências mais elaboradas, que mostram a experiência e recomendações da oficina em 2013, é de passar de medições ou indicadores mais complexos, simples ou básicas para e, acima de tudo, com base em estimativas, envolve um esforço significativo e uma perda de confiança nos resultados.

27/ As instituições Federal representar, em média, 70% da cooperação relatado. os restantes 30% corresponde à AMEXCID implementação coordenada.

28/ Documento pode ser revisto em <http://amexcid.gob.mx/images/stories/rencid/metodologiaRENCID.pdf>

29/ Instruções específicas podem ser revistos em <http://amexcid.gob.mx/index.php/component/content/article/2100>

- **Cooperação técnica e científica:** inclui o valor do perito, definida em termos de custo de oportunidade por seu salário, que está localizado na Tablete dos salários da administração pública. também inclui pagamentos de passagens aéreas, despesas de viagem, materiais, equipamentos e outras despesas menores;
- **Cooperação financeira:** classificados em dois tipos: reembolsável e não reembolsável. para a cooperação reembolsável inclui único componente concessional (taxas de desconto do FMI (5%), acrescido de um fator de ajuste dependendo da renda do país);
- **Contribuições para organizações internacionais:** extraordinária e regular. Ele carrega o valor resultante da aplicação dos coeficientes (ajustado para as condições AMEXCID México) usando OCDE (Anexo 2 Lista de organisations³⁰ internacional APD elegíveis) para determinar o percentual de fundos que são bem orientadas para a promoção Development³¹. Porque as organizações intergovernamentais regionais ou internacionais geralmente não são incluídos alc, AMEXCID analisa o caso específico para identificar se ele atende aos critérios 1 e 2³².
- **Cooperação acadêmica:** incluem apenas os desembolsos tanto manuseio, transporte ou seguro. no caso de cooperação acadêmica, a concessão pode incluir manutenção, transporte, seguros e taxas escolares. Cobertura depende do tipo de estabelecido na convenção de subvenção.
- **Ajuda humanitária:** A prestação de ajuda a outros PED México em resposta a emergências causadas por desastres naturais, conflitos armados, epidemias, pragas, etc. Este apoio se reflete em contribuições em apoio económico-financeira e / ou técnicos.

O processo de gravação de informações, é feito uma vez por ano, em datas determinadas pela AMEXCID. Este é um ciclo de seis passos:

- Convite
- Treinamento
- Registro

30/ Podem ser recuperadas em <http://www.oecd.org/dac/stats/annex2.htm>

31/ Endereço AMEXCID De acordo com informações, os coeficientes de atribuição para as contribuições são efetuadas com base nos seguintes critérios: (1) Mandato diretamente relacionada com a promoção do desenvolvimento, (2) realiza atividades diretamente relacionadas ao desenvolvimento (3), há evidências de que seu orçamento é alocado para as atividades em benefício dos países em desenvolvimento.

32/ informação AMEXCID.

- Validação e depuração
- Realimentação
- Melhoras

AMEXCID envia notas de convite às diferentes entidades da APF, relatou o início do processo de quantificação e as datas críticas nele. Para reforçar conceitos e formas de divulgação de informações, AMEXCID oferece treinamento aos funcionários que são responsáveis pela inscrição. A informação é introduzida a reNciD por funcionários das instituições da APF.

Dentro de cada instituição federal existem funcionários para capturar e validar as informações sobre a cooperação que forneceu essa instituição durante cada ano. No caso de as instituições que estão coordenando um sector, a informação será validada pela pessoa agindo como um AMEXCID³³ contato. Finalmente, AMEXCID revisa e refina as informações associadas a critérios metodológicos estabelecidos e números consolidados de cooperação em cada uma das modalidades.

Os valores estimados são apresentados ao AMEXCID conselho consultivo, que é presidido pelo Ministério das Relações Exteriores e composto pelas instituições federais Icid estabelecidos. As instituições podem sugerir ajustes que, uma vez resolvido, vai levar para a versão final.

Voltando aos instrumentos de recolha de informação, deve-se notar que o registo para a quantificação é feita no RENCID. Este é um sistema que capta a execução e, portanto, não é activado por processos de gestão. Por outro lado, para o funcionamento interno do AMEXCID, a agência tem as informações do sistema mexicano de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (SIMEXCID); que é alimentado por funcionários da área de cooperação que estão encarregados de coordenar e monitorar a implementação do projeto.

No entanto, como mencionado acima, o SIMEXCID mais sendo utilizado plenamente, em particular porque ele tem limitações importantes para a produção de relatórios. Além disso, uma vez que nenhuma compatibilidade técnica entre eles, e RENCID

33/ O processo é realizado para capturar e informações de depuração requer um contacto permanente entre AMEXCID e instituições federais. AMEXCID arranhou um e-mail para atener todas as preocupações. De acordo com a complexidade das questões, você pode usar o contato de telefone.

SIMEXCID não está conectado. em breve, ele vai começar a usar o INFOAMEXCID, que irá substituir o sistema de agência e é esperado para facilitar o processo, é articulada para RENCID.

Finalmente, é importante notar que, em termos metodológicos, AMEXCID, no seu processo de quantificação foi tida em conta e adaptado às suas necessidades, critérios de CAD, tais como concessionalidade ou contribuições para as organizações internacionais. na opinião do AMEXCID, esta organização tem uma forte tradição técnica e acumulou uma experiência significativa que é reconhecido amplamente. portanto, o México leva em conta a análise e o que parece apropriado, de acordo com as suas necessidades e como é que a sua cooperação, adota-lo em conformidade.

Por exemplo, então ele apresentado com um exercício de quantificação para uma acção de cooperação técnica por uma pessoa, de acordo com a metodologia do México.

| | | | | |
|---|-----------------|---|------------------|-----------------|
| Salário especialista: | USD 3.000 | | | |
| Salário diario esperto: | USD 100 | | | |
| Numero días: | 5 | | | |
| Viaticos (diarios): | USD 220 | | | |
| Passagens de vôo: | USD 1.600 | | | |
| Insumos e materias: | USD 250 | | | |
| Horas | Total | | Passagens | Insumos |
| Técnicas | Viáticos | | de vôo | matérias |
| Valor total = (100 X 5) + (220 X 5) + (1.600) + (250) | | | | |
| Valor total = | 500 | + | 1.100 | + |
| | | | 1.600 | + |
| | | | | 250 |
| Valor total = USD 3.450 | | | | |

Como um resultado da aplicação da metodologia, México relatado em 2014, o valor do CID para o ano 2013. A Cifra foi relatado de 551.5 milhões de dolar. Como já mencionou, está actualmente a preparar o relatório de 2014.

3. APLICAÇÕES DA INFORMAÇÃO

No caso do México, de acordo com AMEXCID e algumas das instituições federais envolvidas no processo de quantificação, o balanço é bastante positivo. Na verdade, de um modo geral, a conclusão é que eles têm gerado outros efeitos importantes. em seguida, alguns elementos derivados deste processo e outras utilizações que são, informação de quantização apresentada.

A informação produzida pelo RENCID serviu como um contributo importante para começar a desenvolver um exercício de avaliação da cooperação bilateral com Honduras. O futuro é esperado para reforçar tais práticas que agregam valor substancial para a gestão e planeamento da cooperação internacional para o desenvolvimento. Além disso, o número dos anos de 2011 e 2012, o equivalente a 277 milhões de dólares, foi feita pela OCDE, ajustado por seus padrões e é mencionado no relatório de cooperação para o desenvolvimento de 2015.

Dentro de sua agenda futura, AMEXCID planeja realizar em 2016, mapeando a cooperação oferecida pelos governos locais, assim como um diagnóstico da situação, que incluem análise qualitativa e quantitativa.

A Informações da quantificação, e em particular a implementação de formas assertivas de informação e de quantificação, de acordo AMEXCID, contribuir para projectar uma melhor caminho para o México no mundo, em linha com a meta 5 do Plano de Desenvolvimento Nacional "México com responsabilidade global".

Além disso, verificou-se que o processo de quantização abriu a porta para uma ampla gama de benefícios para o fortalecimento da gestão da cooperação. Induzida, por exemplo, a melhoria da capacidade de gerenciar e analisar informações. Este é um elemento que está muito interessado no México; em vez de apresentar valores importantes, procura assegurar que a informação é mais limpo e ganhar em qualidade, consistência, confiabilidade e cobertura. em outra ordem de prioridades é a forma de apresentar os dados, divulgá-la e promovê-lo.

Por conseguinte, o objectivo não é ter apenas uma quantificação de cooperação não é o mais relevante, embora importante. o fato de ter mais e melhor informação para analisar de uma forma de cooperação e a AMEXCID mais adequada e espera avançar no sentido de uma melhor utilização dessas informações.

Tudo isso permitiu saber que a cooperação é, o que representa em termos de orçamento nacional, e como ele se compara com outros países semelhantes às condições México.

Ele também serviu para projetar a AMEXCID politicamente, como uma agência que desenvolve ações transparentes, de conhecimento público e competência técnica.

A informação da quantificação são usadas para posicionar o CSS e apresentados em espaços diferentes para mostrar o esforço que o país e as suas instituições, para incentivar o fortalecimento de recursos para SSC, e sensibilizar várias agências sobre a importância da cooperação internacional. Cooperação triangular tem sido um espaço em que os resultados de quantificação foram incluídas como contribuições de contrapartida. Alega que a participação do país na CID é feito através de técnica, experiência e conhecimento.

A nível institucional, alguns setores do governo federal declarou que o processo de quantificação lhes permitiu uma “introspecção” para melhor compreender e gerir mais adequadamente as suas actuações na CID, verifique o que a sua contribuição no posicionamento do México no mundo a nível sectorial e entender o que poderiam ser as maneiras de mostrar essas capacidades. Portanto, ter mais informações para analisar a dinâmica do CID no setor e processos de aprendizagem institucionais gatilhos.

Em suma, a quantificação se tornou um elemento intermediário em processos mais complexos, mas necessário, a revisão dos resultados, contribuições e impactos do desenvolvimento da cooperação. AMEXCID para avançar no sentido de que, para determinar o benefício e relevância do CID do México.

Não obstante o acima, o México não solicitar informações quantificar o CID recebidas de outros países em desenvolvimento; ele não exige tais informações para saber as magnitudes dos homólogos dos seus aliados na CSS. Normalmente, os dados utilizados são os estabelecidos nos documentos do projeto são preparados bilateralmente. Ocasionalmente, alguns parceiros, especialmente na América Central, solicitando informações de cooperação que recebem. Isto implica que a quantificação se aplica principalmente para o relatório do CID que o país dá outra PED. Este é um campo em que, no cenário regional, poderia fazer progressos significativos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- No caso do México, o processo de quantificação tem jogado para além dos números, resultados e lições importantes que estão ajudando a fortalecer a capacidade de análise e planeamento AMEXCID e setores envolvidos no CID.

- É claro que o processo de quantificação está a contribuir para a projecção do CID do México, na visibilidade dos esforços feitos pelas suas instituições em cooperação e cumprimento dos propósitos da política externa do país e posição internacional.
- O LCID permitiu AMEXCID avançar melhor maneira de conseguir uma informação e o desenvolvimento do processo de quantificação. instituições federais devem relatar as informações que eles têm feito; o processo tem gerado proximidade significativa entre a agência e as instituições, e desenvolveu treinamento e suporte, a fim de fortalecer o processo. Têm sido feitos esforços que o relatório não é visto como uma carga desnecessária, mas entendo que é parte de um processo de esclarecimento, a visibilidade, projecção e posicionamento de que cada instituição faz em cooperação.
- Embora o mandato do cobertor da LCID apenas para instituições federais, AMEXCID conseguiu envolver outros atores públicos autônomos no processo de quantificação.
- Alguns países pediram México sua experiência na quantificação do CSS ou CID e a AMEXCID e está disposta a atender a essas solicitações.
- As instituições mexicanas fazem cooperação com os recursos alocados para o internacional ou o desenvolvimento de suas missão técnica internamente. Medo sendo questionado esta prática e, portanto, abster-se de relatórios ou fazer o pedido expresso de que as informações serão mantidas confidenciais ou não apresentado de uma forma desagregada. AMEXCID procuram promover a criação de rubricas orçamentais correspondentes.
- A informação de quantização não é utilizado necessariamente em actividades de prestação de contas. Estes exercícios se concentram, normalmente no relatório de execução do orçamento.
- É pouca a informação de quantização que México solicita aos seus aliados em CSS. Também não leva em conta os custos dos países em contrapartida que recebem da cooperação.
- O progresso na utilização de RENCID ea proximidade da entrada em funcionamento do sistema de INFOAMEXCID gera a necessidade de disposições técnicas tomadas na concepção de modo a comunicar adequadamente e inconsistências ou duplicações sejam evitados

SISTESIS DA CUANTIFICAÇÃO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO MÉXICO

1. **O Regulamento determina a obrigação de explorar o CSS.** A Lei de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e o programa de cooperação internacional para o desenvolvimento, determinar a obrigação de quantificar a cid do México.
2. **Principais motivações para a valorização da CSS.** Quantificação da contribuição técnica do país; visibilidade de DIC; transparência nos gastos públicos.
3. **Informações de recuperação.** Salários dos funcionários, pagamentos de bilhetes, as despesas, os materiais, as contribuições para organizações internacionais, as despesas de viagem para outras formas de cooperação.
4. **Porcentagem de informação própria.** Coordena AMEXCID cerca de 30% dos projectos; os restantes 70% é desenvolvido pelas instituições do governo federal.
5. **Informações recebimento periodicidade.** Anualmente.
6. **Regulamento que exija que as instituições expliquem despesas da CSS.** A Lei de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento exige que as instituições do governo federal para relatar suas despesas CID.
7. **Metodologia para avaliar a CSS.** O México tem uma metodologia para quantificar CID. Ele foi encomendado pela Lei preparação adopção não deu nenhuma regra, embora a sua preparação foi ordenada pela Lei .
8. **Metodologia Name - .. entidade que desenvolveu e / ou aplicado - estado de progresso.** “Diretrizes para a quantificação da cid dada pelo México”; desenvolvido e implementado pela Agência de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento mexicana (AMEXCID); na implementação com os ajustes com base na experiência do processo.
9. **Base para a formulação da metodologia.** Rever experiências passadas, quantificação Oficina cid 2013, a análise dos conceitos básicos de cooperação, determinação de elementos de valor e maneiras de fazer isso. orientações estatísticos discutido em fóruns.
10. **Tempo de aplicação da metodologia.** Desde 2011 (4 anos). informação oficial a partir de 2014.
11. **Itens de valorização de acordo com a metodologia da CSS.** Funcionários salários, passagens aéreas, despesas de viagem, suprimentos e materiais.
12. **Como é valorizado.** (Diariamente salarial x número médio de dias) + (desembolsos para despesas de transporte e de viagem, suprimentos e materiais).
13. **Informações captura Oriente.** RCadastro Nacional de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (RENCID). AMEXCID gerenciamento de registros informações projeta SIMEXCID. Ele pode em breve estar a correr o INFOAMEXCID.

14. **Agentes que carregam a informação.** Funcionarios de instituciones federales y funcionarios de AMEXCID.
15. **Processamento e controle de informação de qualidade.** Validadores chefes de instituições e aprovar o sector da informação; comentários AMEXCID e registros purgas com instituições federais e ajustes apropriados são gerados. A informação é apresentada ao AMEXCID conselho consultivo. pode haver mudanças.
16. **Outras expressões de CSS que são valorizados.** Cooperação financeira (reembolsável e não reembolsável); contribuições para organizações internacionais (Ajustado com os critérios da OCDE); cooperação acadêmica; ajuda humanitária.
17. **Exigências dos países ou instituições de saber de recuperação de informação.** Não existem requisitos específicos. AMEXCID divulga informações por via electrónica. Seus aliados em CSS não solicitam a recuperação da informação. México usa informações de processos de quantização cooperação triangular.
18. **Relatório interno de informações sobre a valorização.** Informações quantização é conhecido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, a Direcção de AMEXCID e do Conselho Consultivo AMEXCID integrar 20 instituições federais.
19. **Solicitação de informação de valorização a outros países.** O México não solicitar aos países informações de quantificação para análise, em projectos de cooperação previstas, ou a cooperação que recebe.
20. **Uso da valorização para a tomada de decisões e melhoria da CSS.** Informações quantização está sendo usado para melhorar a gestão dos AMEXCID. Ele se tornou um piloto de avaliação de exercício Honduras.
21. **Outros usos de valorização.** Análise de CSS, que liga a política externa, ligando a processos de melhoria da gestão das DIC.
22. **As limitações ou reservas reguladoras para disseminar a informação de valorização.** Sem restrições para divulgar informações. Na verdade, é feito de forma ampla na Internet.
23. **Forças para compartilhar com outros países.** Análise conceitual para a quantificação; definir metodologias de projeto e quantificação; análise.
24. **Resultados dos exercícios de valorização (em milhões de USD, preços correntes).** Em 2014 informações quantificar a quantidade 2013 foi promulgada relatada foi de 551,5 milhões.

Bibliografia

- AGCID, “ metodologia de avaliação de projectos de cooperação “ de 2015.
- Agência brasileira de cooperación – ABC, “Manual de Gestión de la cooperación Sur – Sur”, 2013, primera edición, págs. 64 a 67.
- Brasil, Presidente da República, “Desenvolvimento do Milênio objetivos: Relatório Nacional de Acompanhamento”, 2014, pgs. 124-141.
- Brígido, João, “Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional”, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em abril de 2015.
- Constituição Federal de 1988, artigo 4, parágrafo 9
- Guernica consultores, “Concepção e implementação de um registro e análise dos beneficiários e despesas intermédias associadas às actividades do programa CTPDA-GCI na América Latina e no Caribe que recebem cooperação concedida pelo Chile”, Santiago, Dezembro de 2010.
- IPEA, “brazilian cooperation for international Development, 2005 – 2009”, chapter 1 – on the Method of Survey, and annex 2, Brasília 2011.
- Ministério das Relações Exteriores do Chile - Agência Chilena de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento - AGCID, (a) “A política chilena de cooperação internacional para o desenvolvimento”, Santiago de Chile de 2015.
- Ministério das Relações Exteriores do Chile - Agência Chilena de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento - AGCID, (b) “estratégia chilena para a cooperação internacional para o desenvolvimento 2015-2018” 2015
- OCDE (2015) Development co-operation report 2015: Making partnerships effective coalitions for action. OECD publishing, Paris.
- Secretaria de Fazenda e Crédito Público (SHCP) (2013) “Plano de Desenvolvimento 2013-2018 Nacional” Dof 2013/05/20, Cidade do México.

Secretaria das Relações Exteriores do México (SRE) (2011) “Lei de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento” Dof 06-04-2011, Cidade do México.

Secretaria das Relações Exteriores do México (SRE) (2014) “programa de cooperação internacional para 2014-2018 Desenvolvimento” Shallow 2014/04/30, Cidade do México.

SEGIB (2010) relatório da cooperação Sul - Sul na Ibero-América 2010 SEGIB. Madrid Espanha.

SEGIB (2015) relatório da cooperação Sul - Sul na Ibero-América 2015 SEGIB. Madrid Espanha.

Anexos

Análise comparativo dos três estudos do caso

Marcos normativos

| | Brasil | Chile | México |
|--|---|---|--|
| 1. O Regulamento determina a obrigação de explorar o CSS | Não existem regulamentos para encomendar realizar a avaliação de SSC. há um termo informal para IPEA. | Nenhum regulamento para ordenar realizar valorização de CSS. O AGCID assume-o como um processo interno. | A lei da cooperação internacional para o desenvolvimento e programa de cooperação internacional para o desenvolvimento, determinar a obrigação de quantificar a CID do México. |
| 2. Principais motivações para a valorização da CSS | Valorização da contribuição técnica do país; visibilidade da CSS; transparência do gasto públicos. | Valorização da contribuição técnica do país; visibilidade da CSS; transparência do gasto públicos. | Quantificação da contribuição técnica do país; visibilidade de DIC; transparência nos gastos públicos. |
| 3. Informações de valorização | Salários dos funcionários, pagamento de bilhetes, as despesas, os materiais, as contribuições para organizações internacionais, as despesas de viagem para outras formas de cooperação. | Salários dos funcionários, pagamento de bilhetes, despesas de viagem, materiais, orçamentos técnicos para projetos de cooperação técnica e pessoal de apoio geral e dedicada a projectos de cooperação. | Salários dos funcionários, pagamentos de passagens, despesas de viagem, materiais, contribuições para organizações internacionais, as despesas para outras formas de cooperação. |
| 4. Percentagem informação própria | IPEA recebe 100% do abc informações e instituições federais. | AGCID gera 100% da informação necessária para a valorização. | AMEXCID coordena perto do 30% dos projectos; os restantes 70% é desenvolvido pelas instituições do governo federal. |
| 5. Receber periodicamente informações | irregular; depende do horizonte que é levado para a valorização do exercício. a corrente é a de três anos. | Anual. | Anual. |

Marcos normativos (continua da pagina acima)

| | Brasil | Chile | México |
|---|---|--|--|
| 6. Regulamentos que exigem instituições para relatar despesas CSS | Não existe legislação exigindo que as instituições a informar as despesas IPEA e CSS. | Não existe um regulamento exigindo que as instituições comuniquem as despesas da CSS. Os valores reportados de cooperação técnica correspondem inteiramente ao gerenciamento de AGCID. | A Lei de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento exige que as instituições do governo federal a informar o AMEXCID despesas CID. |

Metodologias de valorização

| | Brasil | Chile | México |
|--|--|---|---|
| 7. Metodologia para avaliar CSS | O Brasil tem uma metodologia para avaliar a cid que ele proporciona. Ele não foi formalmente adotado por qualquer padrão. | Chile tem uma metodologia para valorizar o CID. Ele não foi formalmente adotado por qualquer padrão. | O México tem uma metodologia para quantificar cid. É a preparação foi ordenada por lei. A adoção não deu qualquer regra. |
| 8. Nome metodologia - entidade que desenvolveu e / ou aplicado - estado de progresso | Metodologia “diretrizes básicas para a pesquisa”; desenvolvida e implementada pelo Instituto de Investigação Econômica Aplicada (IPEA), da presidência do Brasil; em aplicação, com ajustes dependendo da complexidade da análise. | “Metodologia de Avaliação de projectos de cooperação”; desenvolvido e implementado pela Agência de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento do Chile (aGciD); na implementação, com ajustamentos para garantir a consistência das informações. | “Diretrizes para a quantificação da cid dada pelo México”; desenvolvido e implementado pela Agência de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento mexicana (AMEXCID); na implementação com os ajustes com base na experiência do processo. |
| 9. Base para a formulação da metodologia | Análise dos conceitos básicos da cooperação, determinação de elementos de valor e maneiras de fazer isso. análise dos diferentes conceitos de passar cid no mundo. | Análise dos conceitos básicos da cooperação, determinação de elementos de valor e maneiras de fazer isso. Consulting apoiou a conceitualização dos elementos de despesas. | Rever experiências passadas, quantificação Oficina cid 2013, a análise dos conceitos básicos de cooperação, determinação de elementos de valor e maneiras de fazer isso. orientações estatísticas discutidos em fóruns. |

| | Brasil | Chile | México |
|--|---|--|---|
| 10. Tempo de aplicação da metodologia | Desde 2010 (5 anos). | Desde 2010 (5 anos). | Desde 2011 (4 anos). informação oficial a partir de 2014. |
| 11. Itens valorizados de acordo com a metodologia em CSS | Salários dos funcionários, passagens aéreas, despesas de viagem, suprimentos e materiais. | Funcionários salários, passagens aéreas, despesas de viagem, suprimentos e materiais, orçamentos de cooperação técnica para projetos de cooperação técnica e pessoal de apoio geral e dedicado a projetos. | Funcionários salários, passagens aéreas, despesas de viagem, suprimentos e materiais. |
| 12. Como é valorizado | Na base da valorização da componente técnica é o conceito de custo de oportunidade, calculado com base nos vencimentos dos funcionários públicos envolvidos nos processos de CSS. Pelo valor integral, adicione o seguinte: (Pagamento médio diário x número de dias) + (despesas para transporte e viáticos, doações e custos administrativos) | (Os custos directos CA) + (Horas técnicas cb) + (custos indirectos cc) | (Diariamente salarial x número médio de dias) + (desembolsos para despesas de transporte e de viagem, suprimentos e materiais) |
| 13. Informações captura Médio | Plataforma web IPEA e ABC NET - ABC SAP e SGPFIN. | Sistema de Informação de Contabilidade Financeira (SIGFE) e Sistema de Gestão e Planejamento (SIGEP). | Cadastro Nacional de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (RENCID). AMEXCID gerenciamento de registros informações projeto SIMEXCID. Ele pode em breve estar a correr o INFOAMEXCID. |
| 14. Agentes que carregam a informação | Representantes de instituições federais e ABC | Funcionários AGCID das áreas financeiras e técnicas. | Autoridades federais AMEXCID instituições e funcionários. |

Marcos normativos (continua da pagina acima)

| | Brasil | Chile | México |
|--|--|---|--|
| 15. Processamento e controle de qualidade de informações | IPEA Comentários de registros com instituições federais e ajustes apropriados são gerados. | Do Departamento de Política e Planejamento faz aGciD revisão e análise das informações utilizadas para a recuperação. | Validadores chefes de instituições e aprovar o sector da informação; comentários AMEXCID e registros purgas com instituições federais e ajustes apropriados são gerados. A informação é apresentada ao AMEXCID conselho consultivo. pode haver mudanças. |
| 16. Outras expressões de CSS que são valorizados | Cooperação em matéria de educação; cooperação científica e tecnológica; cooperação humanitária; proteção, apoio e integração dos refugiados; Operações de Paz; contribuições para organizações internacionais. | Apenas valorização da cooperação técnica é feito. | Cooperação financeira (reembolsável e não reembolsável); contribuições para organizações internacionais (ajustados com os critérios da OCDE adaptadas ao caso mexicano); cooperação acadêmica; ajuda humanitária. |

Divulgação e utilização de recuperação de informações

| | Brasil | Chile | México |
|--|--|--|---|
| 17. Exigências dos países ou instituições para saber a valorização da informação | Não existem requisitos específicos. IPEA divulga informações em papel e eletronicamente. Seus parceiros em SCs não solicitar informações de valorización.brasil usa recuperação processos de informação cooperação triangular. | Não existem requisitos específicos. AGCID usado para gravar informações de avaliação conforme os acordos de cooperação triangular contrapartida. | Não existem requisitos específicos. AMEXCID divulga informações por via electrónica. Seus parceiros em SCs não solicitar informações de valorización.México utiliza processos de informação de quantização cooperação triangular. |

| | Brasil | Chile | México |
|---|---|---|---|
| 18. Relatório interno de informações sobre a valorização | Informações de valorização é conhecido para a presidência, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o ABC e outras instituições federais. | informações de valorização é conhecido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, e directivas AGCID. | Informações de quantização é conhecido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, a Direcção de AMEXCID e do Conselho Consultivo AMEXCID integrar 20 instituições federais. |
| 19. Pedido de valorização de informação para outros países | O Brasil não solicita informações para valorização para países contrapartida em projectos de cooperação previstas, ou a cooperação que recebe. | O Chile não solicita informações para valorização para países contrapartida em projectos de cooperação bilateral prestados, ou a cooperação que recebe. | O México não solicita aos países informações de quantificação para análise, em projectos de cooperação previstas, ou a cooperação que recebe. |
| 20. Usando a valorização para a tomada de decisões e melhoria da CSS | A informação é ocasionalmente usada para tais fins. Nos anos de 2011 - 2013 será usada para avançar com a verificação dos resultados e seu impacto. | As informações são usadas para análise dos subsídios de cooperação técnica. | Informações quantização está sendo usado para melhorar a gestão dos AMEXCID. Ele se tornou um piloto de avaliação de exercício Honduras. |
| 21. Outros usos para a valorização | Análise de CSS, ligação à política externa. | Análise de CSS, ligação à política externa. | Análise de CSS, que liga a política externa, ligando a processos de melhoria da gestão das DIC. |
| 22. As limitações ou reservas reguladoras de divulgação de informações de valorização | Sem restrições para divulgar informações. Na verdade, é feito de forma ampla na Internet. | Enquanto não há reservas para divulgar informações, AGCID até determinar a confiabilidade geral da metodologia não vai fazer a divulgação maciça da informação. Isto é esperado para acontecer em 2016. | Sem restrições para divulgar informações. Na verdade, é feito de forma ampla na Internet. Apenas, as restrições sobre montantes e beneficiários da cooperação financeira aplicável, em razão da aplicação do sigilo bancário. |

Oportunidades de troca / resultados valorização

| | Brasil | Chile | México |
|---|--|--|--|
| 23. Forças oferecidos pelo país | Análise conceitual para a valorização; definir metodologias de projeto e avaliação; análise; análise das políticas públicas relacionadas com a cooperação. | Análise conceitual para a valorização; definir metodologias de projeto e avaliação; análise. | Análise conceitual para a quantificação; definir metodologias de projeto e quantificação; análise de informação. |
| 24. Resultados do exercício de valorização (milhões de dólares) | 2005: 158,1; 2006: 277,2; 2007: 291,9; 2008: 336,8; 2009: 482,9; 2010 - 923,4 | 2010: 9,1; 2011: 4,2; 2012: 5,8; 2013: 6,8; 2014: 10,9 | 2013: 551,5 |

SÉRIE DOCUMENTOS DE TRABALHO

- 1 Sistematizar Aprendizagem: lições de nova experiências de cooperação Sul-Sul e triangular.
- 2 A Cooperação Sul-Sul e triangular em cenários globais e regionais para o desenvolvimento na América Latina (2008-2012).
- 3 Sistematizar a Cooperação Sul-Sul para construir conhecimento a partir da prática.
- 4 Gerando indicadores de Cooperação Sul-Sul: um olhar sobre o trabalho a partir do programa.
- 5 Cronologia e história da Cooperação Sul-Sul uma contribuição da América Latina.
- 6 Diagnóstico de marcos regulatórios e institucionais para a gestão da Cooperação Sul-Sul, em países da América Latina.
- 7 Diagnóstico de metodologias de gestão para a Cooperação Sul-Sul nos países da América Latina.
- 8 Guia de orientação para a gestão da Cooperação triangular em Ibero-América.
- 9 Valorização da Cooperação Sul-Sul. Avanços e desafios em Ibero-América.



📍 Calle El Pedregal, Boulevard Cancillería
Edificio 4, Planta Baja, Ciudad Merliot,
Antiguo Cuscatlán. El Salvador

🌐 www.cooperacionsursur.org

☎️ (503) 2237-5669/-5670/ (503) 2231-1225

🐦 [www.twitter.com/PIFCSS](https://twitter.com/PIFCSS)

📘 www.facebook.com/CooperacionSurSur

📺 www.youtube.com/user/CooperacionSurSur

🌐 www.linkedin.com/company/cooperacionsursur

ISBN 978-99961-957-5-4



9 789996 195754 >